

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO



Ano 4 • Número 32 • R\$ 7,00

Educação Nota 10

Águas de São Pedro, São Caetano do Sul e Santos recebem selo do MEC por baixa taxa de analfabetismo

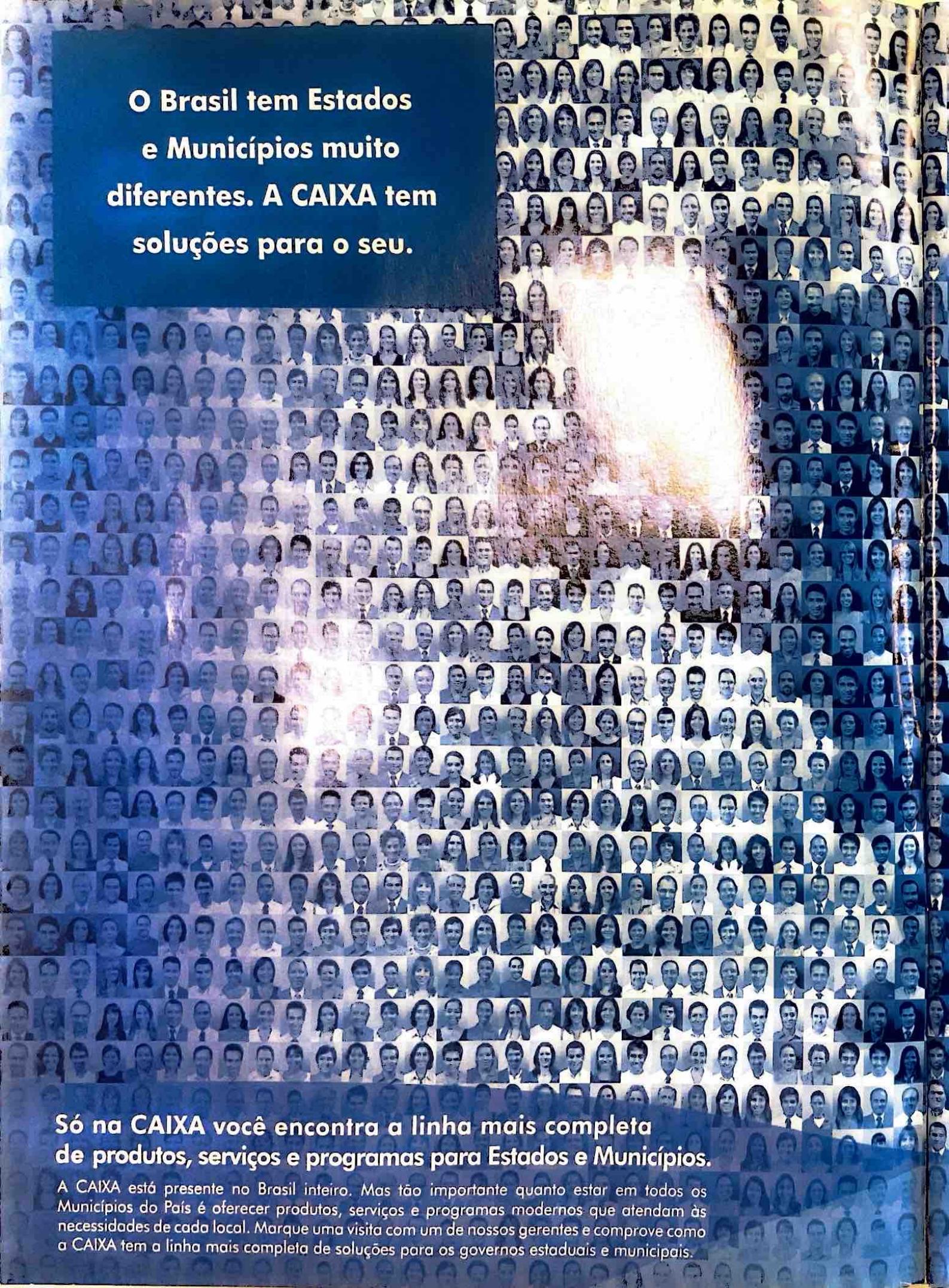


TRANSPORTE

Iniciativas proporcionam mais qualidade aos portadores de necessidades especiais

SAÚDE

Municípios criam programas para atender à alta demanda de pacientes carentes em saúde bucal



**O Brasil tem Estados
e Municípios muito
diferentes. A CAIXA tem
soluções para o seu.**

**Só na CAIXA você encontra a linha mais completa
de produtos, serviços e programas para Estados e Municípios.**

A CAIXA está presente no Brasil inteiro. Mas tão importante quanto estar em todos os Municípios do País é oferecer produtos, serviços e programas modernos que atendam às necessidades de cada local. Marque uma visita com um de nossos gerentes e comprove como a CAIXA tem a linha mais completa de soluções para os governos estaduais e municipais.



CAIXA

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Atendimento para estados e municípios CAIXA:

www.caixa.gov.br

0800 573 0104

A REFORMA TRIBUTÁRIA E O CONFAZ-M



Associação Paulista de Municípios
Av. São Luís, 99 - 13º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01046-905
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA

DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

PRESIDENTE	Marcos Monti
1º VICE-PRESIDENTE	José Luiz Rodrigues
2º VICE-PRESIDENTE	Welson Gasparini
3º VICE-PRESIDENTE	Rubens Furlan
4º VICE-PRESIDENTE	Marcos José da Silva

SECRETARIA – MEMBROS DIRETÓRIO

SECRETÁRIO-GERAL	Antônio César Simão
1º SECRETÁRIO	Dr. Hélio de Oliveira Santos
2º SECRETÁRIO	Sebastião Misara
3º SECRETÁRIO	Itamar Francisco Machado Borges

TESOURARIA

TESOURO-GERAL	Carlos Alberto Cruz Filho
1º TESOUREIRO	José Ademir Infante Gutierrez
2º TESOUREIRO	Antonio Francelino
3º TESOUREIRO	João Buzzo

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE	Aquevirque Antonio Nholla
------------	---------------------------

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE	José Mauro Dedemo Orlandini
------------	-----------------------------

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PRESIDENTE	Sckandar Mussi
------------	----------------

CONSELHO TÉCNICO MULTIDISCIPLINAR

PRESIDENTE	Antonio Sérgio Baptista
------------	-------------------------

Saudações Municipalistas!

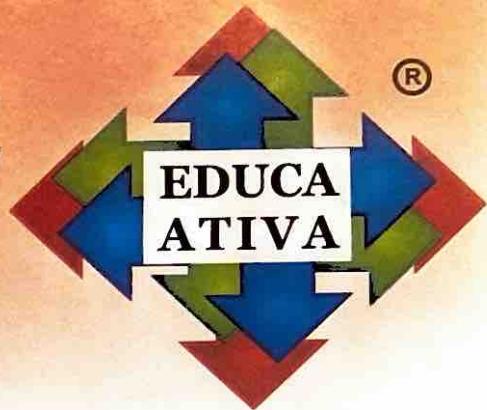
MARCOS MONTI

Presidente da APM



✓ EU CONHEÇO
E RECOMENDO!

Fone (18) 3625.9531



Gestão da Educação:

- ✓ Demanda, Secretaria, Remoção de Professores, Bibliotecário, Gerenciador de Documentos, Controle de Eventos, Estoque e Merenda.

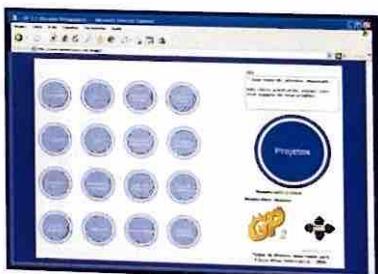
Integração com a Saúde e Social:

- ✓ Almoxarifado, Ambulatório, Faturamento, CADSUS, Odontológico, Social, Vacinas, Transporte, Zoonoses, Vigilância Sanitária, Laboratório, Internação e Gerencial.

(SOLUÇÃO PARA WEB - MOBILIDADE E FACILIDADE, FLEXÍVEL ENTRE PLATAFORMAS E BANCO DE DADOS)



Pedagógico e Materiais Didáticos:



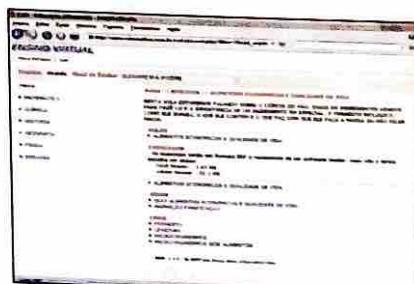
- ✓ Software de Autoria/Criação para web;
- ✓ Projetos temáticos e para as disciplinas (50 softwares por série);
- ✓ Material didático personalizado (construímos o seu);
- ✓ Capacitações e qualificações;



Portal - Publicidade Educacional - Ensino Virtual - Inclusão Digital:



- ✓ Portal educacional integrando professores - alunos - família - escola;
- ✓ Aulas pré programadas com vinculação de softwares pedagógicos, sites avaliados e sugestões - atividades;
- ✓ Jornal educacional e informações;
- ✓ Assessoria.



www.educaativa.com.br

8	Entrevista Presidente da Câmara dos Deputados fala sobre o aumento de repasses de verbas federais às prefeituras e a importância da Reforma Política
12	Saúde Municípios de São Paulo criam programas diferenciados para atender à demanda de pacientes carentes em saúde bucal
16	Educação Governo Federal sanciona lei que criou o Fundeb e entrega o Selo Município Livre do Analfabetismo, conferido pelo MEC, a 64 municípios
22	Habitação Caixa Econômica Federal e Governo do Estado de São Paulo firmam parceria para investimento em moradia popular
24	Transporte Iniciativas provam que é possível criar um sistema de transporte de qualidade para portadores de necessidades especiais
28	CBTIM Em sua 8ª edição, CBTIM espera reunir mais de 1.500 participantes
30	Meio Ambiente Curso de capacitação de gestores municipais é sucesso entre cidades paulistas
34	Tributário O apoio à implantação do tributo é maciço quando se trata dos benefícios, mas há ressalvas quanto à arrecadação de dividendos à cidade
36	Legislativo Câmara Municipal de Piquete
38	Cultura Fanfarras e bandas municipais compõem a trilha sonora da história de muitas cidades paulistas
40	IPT Plano Diretor Municipal deve ser instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana
42	TCE
44	Galeria de Fotos
46	Artigo Jurídico
47	Página da História
48	IBGE
50	Casos e Causos

EXPEDIENTE



CONSELHO EDITORIAL

Antônio César Simão
Aquevirque Antônio Nholla
Carlos Alberto Cruz Filho
José Mauro Dedemo Orlandini
Marcos Monti



REDAÇÃO

EDITORA
Camila Plati
municipiosdesaopaulo@gmail.com
EDIÇÃO DE ARTE
Rogério Lobato Loconte
rogerio.loconte@gmail.com

PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo

GSenne Soluções em Negócios
Tel.: (11) 4368-5678/4367-5632

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados
Tel.: (11) 2165-9999 –
Fax: 2165-9986
www.apaulista.org.br

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
ouvidoria@apaulista.org.br
municipiosdesaopaulo@gmail.com

Julho/2007

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



EDUCAÇÃO E CONCURSO PÚBLICO: Parceria para o Futuro

A busca por Concurso Público cresce a cada dia no país. Ter estabilidade em tempos de desemprego é um dos principais fatores que leva milhares de pessoas a tentar uma vaga no funcionalismo público.

O aumento da realização de Concursos Públicos trouxe diversos benefícios à população, pois além de aumentar o número de ofertas de emprego, despertou o interesse para o estudo de uma parcela da população que já havia parado de se “reciclar”, uma vez que a maioria dos concursos exige conhecimentos sobre atualidades.

Alguns órgãos públicos, como o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, já perceberam a importância de contar com profissionais qualificados e, para tanto, está oferecendo gratuitamente, através de sua Escola de Contas “Conselheiro Eurípedes Sales”, um curso de pós-graduação de Especialização em Administração Pública, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). São trinta vagas, sendo vinte para servidores da administração direta ou indireta do município de São Paulo e dez vagas para o público em geral.

O curso será realizado às terças e quintas feiras, das 14h às 17h, em regime presencial, nas dependências da Escola de Contas “Conselheiro Eurípedes Sales” (Anexo I do TCMSP, Av. Prof. Ascendino Reis, nº 1.130, Vila Clementino, São Paulo), totalizando 378 horas-aula. A duração do curso é de 24 (vinte e quatro) meses, de acordo com a grade curricular, incluindo nesse período, o prazo para elaboração e apresentação final da monografia. Para participar do processo de seleção os candidatos devem ter curso de nível superior completo.

O Instituto Nacional de Educação Centro é a entidade responsável pela organização do presente Processo Seletivo. O Instituto Cetro é uma sociedade civil brasileira sem fins lucrativos, que se dedica à pesquisa educacional e realização de Concursos Públicos, Processos Seletivos, Avaliações Psicológicas, Treinamentos e Consultorias.

Para maiores informações sobre o Processo Seletivo, entre em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC) do Sistema Cetro (11) 3285-2777, ou consulte o seu endereço eletrônico (www.institutocetro.org.br).

"Democracia pressupõe organização e mobilização na luta por direitos"

Presidente da Câmara dos Deputados fala sobre o aumento de repasses de verbas federais às prefeituras e a importância da Reforma Política

Por Stela Martins

Médico radiologista formado pela Universidade de Brasília (UnB) em 1975 e filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1980, o deputado Arlindo Chinaglia permanece fiel ao seu estilo agressivo e polêmico. Hoje, aos 57 anos, é o atual presidente da Câmara dos Deputados, para o biênio 2007-2008, e tem provocado rebuliço na instituição.

No início do ano, o atual presidente da Câmara colocou em discussão a Reforma Política e, de lá para cá, o tema tem sido pauta constante entre os deputados e a sociedade. Além disso, recentemente, conseguiu aprovar, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que aumenta em um ponto percentual, de 22,5% a 23,5%, os repasses de verbas federais às prefeituras, por meio do Fundo de Participação dos Municípios.

No comando da Câmara há seis meses, Chinaglia diz enfrentar diversos desafios para colocar a instituição à altura de suas responsabilidades, de forma a contribuir para criar as condições políticas e econômicas necessárias para o desenvolvimento de um projeto nacional que coloque o Brasil em uma fase superior de qualidade de vida e

desenvolvimento econômico. "Foi acreditando nessa proposta que me candidatei à presidência da Câmara dos Deputados, disposto a contribuir para melhorar e dar eficácia ao funcionamento da instituição, e contando com o honroso apoio e trabalho de meus colegas", afirma.

Nesta entrevista exclusiva à revista Municípios de São Paulo, o deputado Arlindo Chinaglia conta sobre os projetos em andamento na Câmara e a importância da participação dos Municípios para as decisões legislativas em prol dos cidadãos.

Como o senhor avalia a importância e a responsabilidade do cargo de presidência da Câmara dos Deputados?

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o Legislativo é indispensável à democracia. Além de ser ator central e insubstituível na elaboração de leis, é um instrumento fundamental para a definição das políticas públicas, para o acompanhamento e a fiscalização do Poder Executivo, e é a grande tribuna e fórum de debates das grandes questões nacionais e internacionais. Portanto, a responsabilidade de presidir a Câmara é imensa, e temos de trabalhar muito, mas muito bem, para estarmos à altura do povo brasileiro.

De qual papel que os Municípios podem participar das decisões e projetos da Câmara dos Deputados?

A Câmara é uma instituição das mais transparentes em nossa República. De fácil acesso, seja pessoalmente, por meio da internet ou contatos telefônicos, prefeitos e cidadãos de todo o País podem tornar públicas suas reivindicações e sugestões. Ademais, os Municípios têm um status institucional privilegiado de acesso aos representantes federais, especialmente pelo contato direto com os deputados de sua região e de seu Estado.

E qual o papel que os Municípios podem exercer na Câmara?

O papel político, como canal das demandas da cidadania local. No contato com os parlamentares, com as comissões e no acompanhamento das votações em plenário. Democracia pressupõe organização e mobilização na luta por direitos.

De que maneira o senhor analisa a importância da Associação Paulista de Municípios para o estreitamento de relações com os Municípios?

A Associação Paulista de Municípios é fundamental para estreitar as relações tanto entre os Municípios



Arlindo Chinaglia: A concessão do aumento de um ponto percentual no FPM representa quase 5% de aumento no repasse de recursos para todos os Municípios

quanto com as instituições públicas, especialmente a Câmara dos Deputados, onde são tomadas importantes decisões com reflexo direto na vida dos administradores municipais e principalmente dos cidadãos brasileiros. O histórico da organização, suas lutas e conquistas, é o maior e mais eloquente testemunho em favor da Associação Paulista de Municípios.

Recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou em primeiro turno a proposta de emenda constitucional que aumenta os repasses de verbas federais às prefeituras, por meio do Fundo de Participação dos Municípios. O que prevê essa proposta?

Nós cumprimos com o que prometemos aos prefeitos na 10ª Marcha e em reuniões. Coloquei em pauta para votar e a Câmara aprovou, de fato, a

"Municípios têm um status institucional privilegiado de acesso aos representantes federais, especialmente pelo contato direto com os deputados de sua região e de seu Estado"

Proposta de Emenda Constitucional nº 58, de 2007, fruto de intensas negociações entre as lideranças partidárias e as autoridades da área econômica do governo, que altera de 22,5% para 23,5% a participação dos Municípios no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A concessão do aumento de um ponto percentual aqui referido no FPM representa quase 5% de aumento no repasse de recursos para todos os Municípios do País. Estamos tratando de um valor da ordem de R\$ 1,8 bilhão por ano, com a vantagem de que a liberação dos recursos será feita no primeiro decênio do mês de dezembro de cada ano, justamente o período no qual as Prefeituras são muito pressionadas pelo pagamento do 13º salário de seus funcionários.

Quais as etapas que essa emenda ainda terá de passar para que seja finalmente promulgada?

A Emenda passará por um segundo turno na Câmara sem maiores problemas. No Senado Federal, no segundo semestre, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) será votada em mais dois turnos, mas não se espera grande resistência à sua aprovação.

Essa proposta já está em discussão no Congresso há cerca de quatro anos. Por que houve tanta demora e só agora foi retomada a votação?

As entidades representativas dos interesses municipais há algum tempo já vinham reivindicando um aumento no repasse do FPM, e o pleito das lideranças municipais foi introduzido no bojo da reforma tributária, ainda

O Fundo de Participação dos Municípios, o FPM, é a mais importante transferência constitucional de recursos da União aos Municípios, inclusive superior em montante ao repasse aos Estados pelo do Fundo de Participação dos Estados, o FPE. O FPM é formado por 22,5% do produto da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), os dois principais impostos federais. Agora, estamos aumentando esse percentual para 23,5%, já a partir deste ano. Por meio do FPM, a União repassará aos Municípios cerca de R\$ 38 bilhões em 2007. Os Municípios do Interior de São Paulo são beneficiados com a maior fatia dos recursos do FPM.

De que forma o Município pode utilizar esse fundo?

O FPM pode ser utilizado em qualquer tipo de gasto público. Ele pode ser empregado no custeio dos serviços públicos, em investimentos em obras públicas, não apenas a obrigatoriedade de a prefeitura destinar ao ensino 25% dos recursos, sendo que uma parte disto é repassada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), e à saúde mais 15% dos recursos recebidos por meio do FPM.

A partir de quando passa a valer essa emenda?

A Emenda Constitucional entrará em vigor a partir da data de sua promulgação. Os efeitos financeiros dar-se-ão a partir do mês de setembro deste ano. O repasse financeiro (3/12) será feito nos primeiros dez dias de dezembro próximo. A estimativa é de que a Emenda vai proporcionar ainda este ano um crédito extra de R\$ 450 milhões, um "senhor" reforço aos nossos Municípios.

O que é esse Fundo de Participação dos Municípios e de que forma ocorre a distribuição dos recursos adquiridos?

Como o senhor analisa a situação dos gestores municipais no atual cenário econômico e político brasileiro?

Não tenho dúvidas de que os Prefeitos têm crescente papel no desenvolvimento de nosso País, especialmente como parceiros indispensáveis na execução dos programas nacionais e estaduais em suas áreas de circunscrição. Estamos assistindo, nos últimos tempos, a mudanças significativas no comportamento de nossos gestores. Esta mudança é da maior relevância para o País, pois os Municípios são cada vez mais exigidos na oferta dos principais serviços públicos, em áreas como o ensino básico, já a partir das creches, assim como no atendimento à saúde, no transporte urbano. Além disso, as Prefeituras são responsáveis pelo maior volume de obras públicas nas áreas de infra-estrutura urbana e saneamento básico. Podemos ver que a importância do gestor municipal na promoção do bem-estar da população cresceu sobremaneira. É necessário, portanto, a criação de mecanismos de coordenação das políticas locais para que todos os esforços se somem de forma positiva para a sociedade brasileira. Só assim, evitando o isolamento das iniciativas, conseguiremos elaborar e implantar políticas públicas consistentes nos planos estadual e nacional.

O tema "Reforma Política" já está em discussão há alguns anos, mas até agora nada foi feito a respeito. Por que o senhor decidiu retomar o tema e colocá-lo em prática neste momento?

Mesmo valorizando as mudanças importantes que já foram feitas em nosso ordenamento institucional e legal, com consequências sobre nossa vida política, havia uma percepção geral da importância de se buscar aperfeiçoamentos em nosso sistema político-eleitoral. E a chamada Reforma Política já estava em debate há dez anos, e aprovada por unanimidade na Comissão Especial criada com essa finalidade na legislatura passada. Ainda na disputa para a Presidência da Câmara dos Deputados assumi o compromisso de colocá-la em votação. Coloquei em pauta em fevereiro e aí

construímos um acordo unânime de procedimentos com líderes partidários. A discussão e a votação já começaram e vão continuar em agosto. Apesar de ainda não haver aprovação às medidas propostas, o debate é acalorado e está colocado na sociedade, como se observa pela leitura da imprensa. Isso é muito bom.

O que prevê, exatamente, o projeto que está em discussão?

O atual projeto já foi parcialmente derrotado em plenário. Se havia acordo com respeito à sua importância, não havia com respeito à solução proposta. A maioria dos partidos partia do pressuposto das deficiências da represen-

demais temas do relatório do deputado Ronaldo Caiado foram reunidos em uma emenda aglutinativa que será votada. Essa emenda prevê, por exemplo, o financiamento público exclusivo para campanhas a cargos majoritários. Vamos votar a emenda do deputado Caiado, depois o projeto da fidelidade partidária. E enfrentaremos inclusive as questões que dependem de mudança constitucional, como a questão dos suplentes de senador. Vários deputados têm projetos de reforma política e eleitoral, alguns sugerindo voto distrital misto, outros sugerindo o voto distrital puro. Outros preferem apenas mudanças pontuais no atual sistema, mantendo a proporcio-

"O debate mais importante da Reforma Política é o financiamento público das campanhas, para que o eleito seja livre de qualquer tipo de pressão do financiador privado"

tação política, mas muitos divergiam quanto aos remédios propostos para cura do mal diagnosticado. O projeto previa o voto em lista pré-ordenada, o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, a cláusula de desempenho para partidos, e mecanismos de reforço da fidelidade partidária, estabelecendo prazo mínimo de filiação para o direito à disputa eleitoral por uma legenda e a proibição de mudança automática de uma legenda para outra, uma vez eleito o parlamentar. Por fim, o projeto também previa o fim das coligações partidárias e a criação de federações partidárias, que atuariam como partidos unos em vez de atuarem como partidos distintos, aliados apenas eleitoralmente.

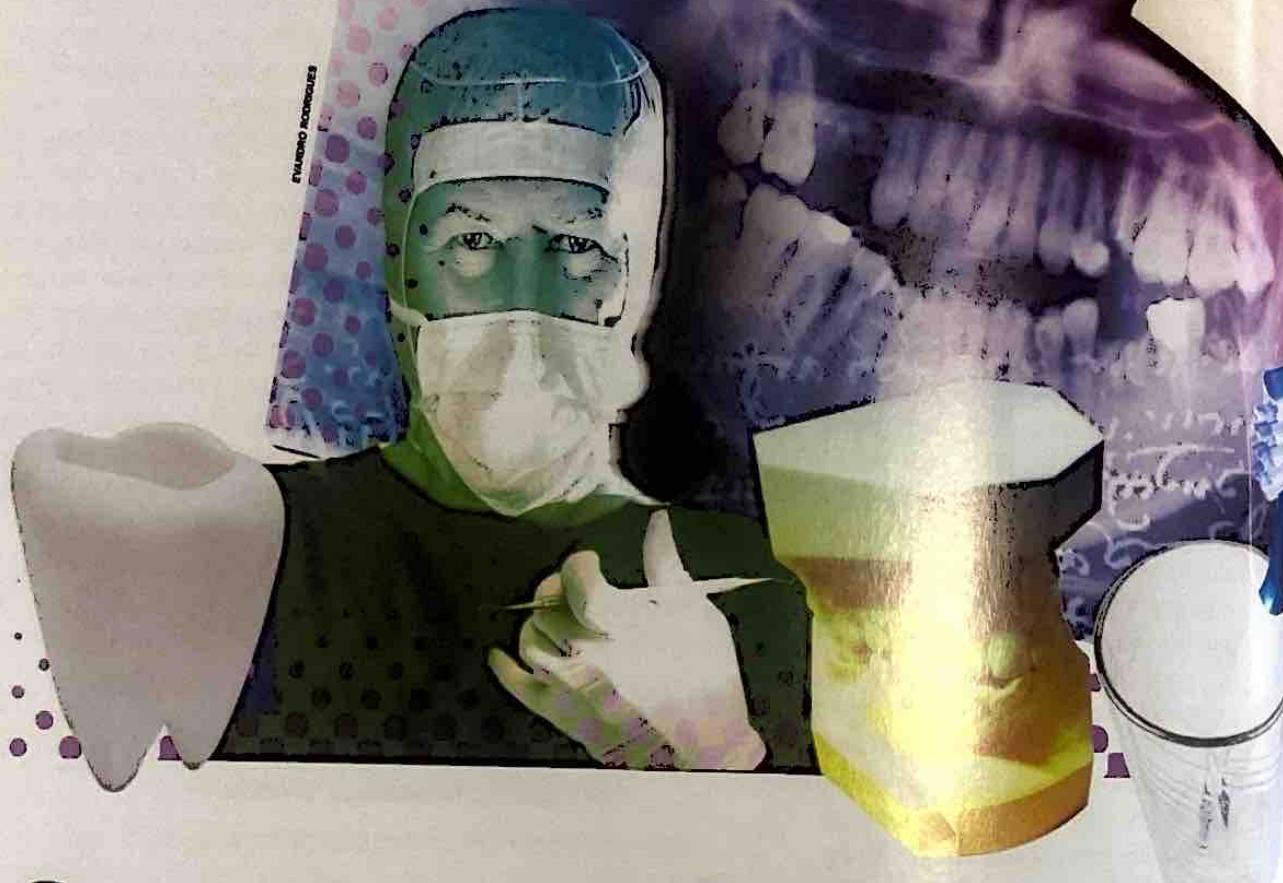
O que está em andamento na Câmara atualmente referente a este assunto?

A votação em lista pré-ordenada foi rejeitada pelo plenário, mas os

nalidade. Terceiros já preferem propor emendas constitucionais sugerindo perda de mandato aos parlamentares que mudem de partido.

Qual o principal objetivo desta Reforma Política após ser votada e colocada em prática?

Busca-se a democratização e o aprimoramento da vida política nacional, fortalecendo os partidos, aumentando a fidelidade partidária, buscando disputas programáticas. Mas o debate mais importante é o financiamento público das campanhas, para que o eleito seja livre de qualquer tipo de pressão do financiador privado e não seja injustamente associado a qualquer empresa que cometer um deslize ou uma irregularidade, simplesmente por tê-la entre seus doadores de campanha na prestação de contas, mesmo que corretamente registrada e aprovada na Justiça Eleitoral.



Sorria, cidadão!

Municípios de São Paulo criam programas diferenciados para atender à alta demanda de pacientes carentes em saúde bucal

Por Daniella Turano

Nos últimos tempos, o Brasil avançou bastante na prevenção e no controle de cáries, principalmente em crianças. A situação de adolescentes, adultos e idosos sempre esteve entre as piores do mundo. Para mudar esse quadro, em 2004, o governo federal criou a campanha "Brasil Soridente", que reúne uma série de ações voltadas para o cidadão de todas as idades. A idéia é garantir a prevenção e recuperação da saúde bucal, fundamentais para a saúde geral e qualidade de vida. Além disso, a política da campanha visa reduzir as desigualdades e contribuir com a inclusão social. Até o lançamento do "Brasil Soridente", apenas 3,3% dos

atendimentos odontológicos feito no SUS (Sistema Único de Saúde) correspondiam a tratamentos especializados. A maior parte era de procedimentos mais simples, como extração dentária, restauração, pequenas cirurgias e até aplicação de flúor. O investimento para a viabilização da adição de flúor a estações de tratamento de águas de abastecimento público, a reorganização da Atenção Básica (especialmente por meio da Estratégia Saúde da Família) e da Atenção Especializada (através da implantação de Centros de Especialidades Odontológicas e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias) já passou de R\$ 1 bilhão. Atualmente, 60% das cidades têm o serviço de fluoreração



**Itaquaquecetuba possui um centro
especializado para atendimento de pacientes portadores
do vírus HIV e outro, equipado para atender a
portadores de necessidades especiais**

nas águas. E, onde não há flúor, a incidência de cáries é 49% maior.

Porém, mesmo com tanto empenho, a demanda de pacientes continua sendo maior que a oferta dos serviços, principalmente, tratando-se de terceira idade. Saúde bucal não se limita ao tratamento dentário, abrange também toda a parte de tecido mole. O câncer de boca, por exemplo, pode ser tratado com sucesso se diagnosticado precocemente, mas 65% dos casos, por falta de orientação, são identificados já em fases avançadas. A cada ano, cerca de 3 mil pessoas morrem no Brasil por câncer de boca. No País, 30 milhões de brasileiros nunca foram ao dentista.

ITAQUAQUECETUBA: SAÚDE E PREVENÇÃO BAIRRO A BAIRRO

Para garantir a saúde da população, alguns municípios lançam campanhas diferenciadas, por iniciativas próprias. Um deles é Itaquaquecetuba, com 420 mil habitantes. Sem ajuda da iniciativa privada e demanda muito alta de pacientes, os programas odontológicos de Itaquá atendem aproximadamente 8 mil pessoas. São gastos cerca de R\$ 150 mil por mês, entre RH e material de consumo. Além do atendimento clínico e emergencial, comuns a quase todos os municípios, Itaquá possui um centro especializado para atendimento de pacientes portadores do vírus HIV, além de outro, equipado para atender a portadores de necessidades especiais, tais como hidrocefalias e síndrome de Down. Atualmente, o município conta com o projeto "Caravana da Saúde - Saúde Bairro a Bairro", onde preconiza a visita a bairros periféricos, através de trailers equipados: "Assim garantimos que o município que encontra alguma dificuldade de acesso às nossas UBS (Unidade Básica de Saúde), seja atendido", explica o Coordenador de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde de Itaquaquecetuba, Dr. Luiz Alberto de Caldas Lima. Exceto as consultas em UBS e Centros Especializados, que são pré-agendadas, a "Caravana da Saúde" visita os

bairros seguindo um cronograma estabelecido por ordem de necessidade. São ministradas palestras sobre higiene bucal, feitas as aplicações de flúor e são distribuídos kits contendo escova e creme dental, juntamente com o manual informativo sobre higiene bucal. Em casos de maior necessidade, o cidadão é encaminhado para a UBS mais próxima: "Nossa proposta é fazer uma odontologia preventiva, interceptativa e, em última instância, corretiva, contribuindo para a universalidade da assistência preconizada pelo SUS", completa Dr. Luiz Alberto.

CAMPINAS: REFERÊNCIA ODONTOLÓGICA EM SAÚDE PÚBLICA

Em relação ao restante do Brasil, Campinas (1 milhão de habitantes) possui índices de saúde, de modo geral, acima das médias nacional e estadual. Porém, em relação à saúde bucal, não existem indicadores oficiais, em âmbito nacional, para qualquer processo comparativo.

O município tem uma rede de unidades que ofertam serviços odontológicos à população, assim como programa de ações preventivas em escolas estaduais e municipais, além de fluoretação da águas de abastecimento, que promove sistematicamente campanhas de prevenção a cárie dental, doenças periodontais e ao câncer bucal, levando consequentemente a melhoria da saúde bucal da população.

Do ponto de vista epidemiológico, a cárie tem diminuído de maneira vertiginosa na população de Campinas: "Em pesquisa realizada em 2003, durante um curso de Saúde Coletiva, onde examinamos crianças de 12 anos de regiões onde as condições socioeconômicas são as mais acentuadas beirando em muitos casos a miserabilidade, o índice CPOD (Número de Dentes Cariados, Perdidos e Obturados) foi de 1,45 - acima do indicador municipal que era de 1,34. Podemos até afirmar, considerando este caso, que não é o dentista o principal redutor da cárie - era ínfimo o número de crianças que já tinham passado por profissionais da área", explica o Coordenador de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas, Dr. Isamu Murakami.

ONDE MUITOS VÊEM APENAS UMA CRIANÇA,



COM O SABE, SUA CIDADE GARANTE UM FUTURO MELHOR PARA AS CRIANÇAS.



A Prefeitura da sua cidade, em parceria com a Editora Positivo, pode realizar uma verdadeira revolução nas escolas públicas do seu município. O Sistema Aprende Brasil de Ensino – SABE – é um programa que oferece benefícios para alunos e professores de todas as escolas de sua comunidade. É um conjunto de recursos pedagógicos com a garantia do maior grupo educacional do País.

**SABE – SISTEMA APRENDE BRASIL DE ENSINO.
TRANSFORMANDO O FUTURO DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS.**

GARANTIA DE QUALIDADE

Os Livros Didáticos Integrados são desenvolvidos e atualizados pelo Centro de Pesquisas Positivo. Eles contam com o padrão de excelência e a precisão na produção editorial e gráfica que consagraram a Editora Positivo.

VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES

Uma equipe altamente qualificada estará à disposição dos profissionais de educação do seu município, dando o suporte necessário à prática pedagógica, por meio de cursos de metodologia que contribuirão para a formação continuada.

NÓS VEMOS TAMBÉM UM GRANDE FUTURO.



INCLUSÃO DIGITAL

Além de uma *homepage* personalizada para o município, no Portal Aprende Brasil, alunos e professores têm acesso individualizado a um conteúdo educacional exclusivo e a avançados recursos e serviços multimídia, como Dicionário Aurélio, atlas, enciclopédia e muito mais.

IGUALDADE DE CONDIÇÕES

Com o SABE, seu município vai garantir o acesso à educação de maior qualidade para todos e assegurar as condições de um futuro promissor para as crianças do seu município, que terão à sua disposição uma infinidade de recursos educativos, visando a uma formação humana completa.

Entre em contato com a Editora Positivo e descubra como obter, por meio do SABE, os melhores resultados educativos no seu município.

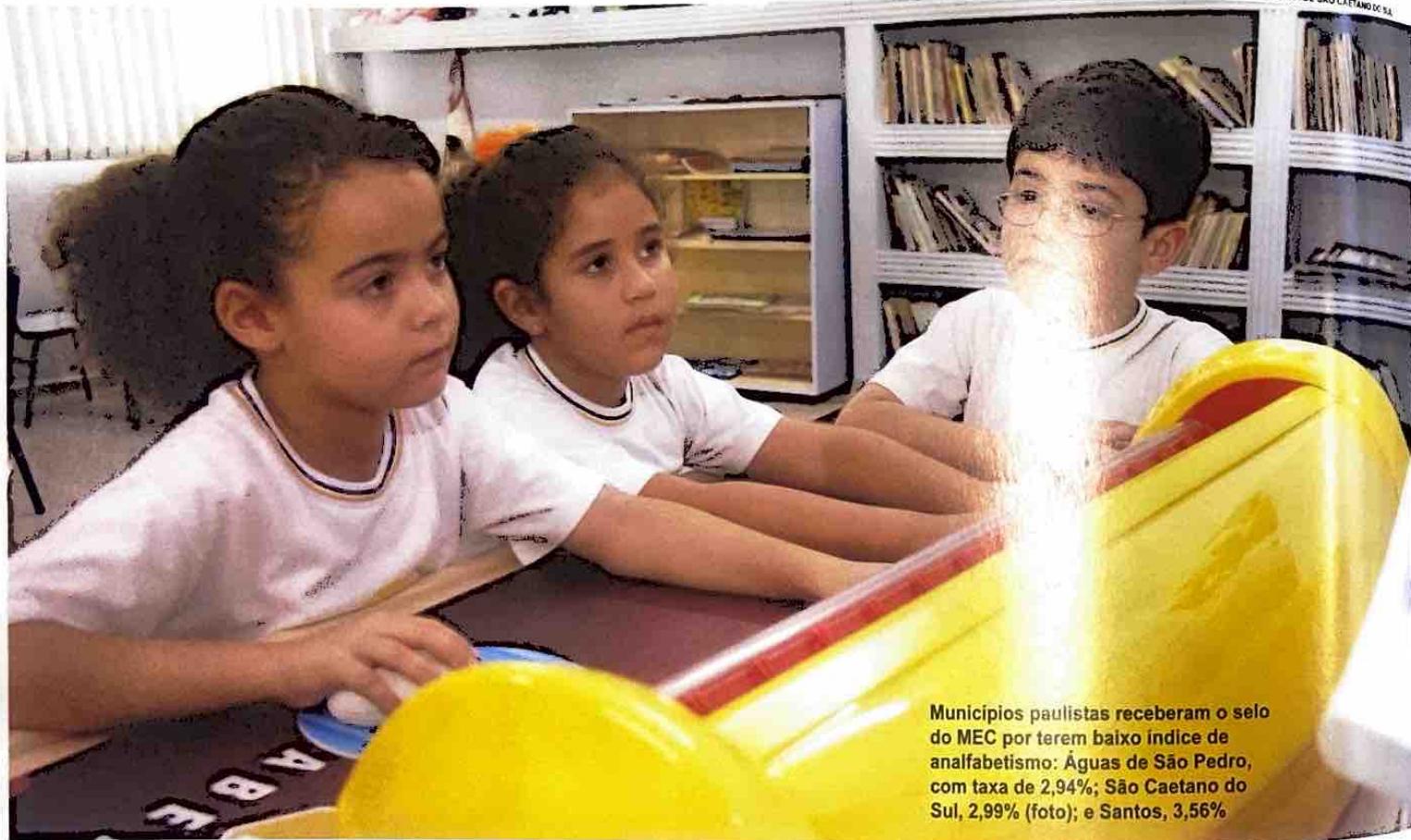
SISTEMA DE ENSINO

Aprende Brasil

Fale conosco: 0800 644 1515 sabe@positivo.com.br
www.editorapositivo.com.br

Analfabetismo: rumo ao fim

FOTOS: DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SÃO CAETANO DO SUL



Municípios paulistas receberam o selo do MEC por terem baixo índice de analfabetismo: Águas de São Pedro, com taxa de 2,94%; São Caetano do Sul, 2,99% (foto); e Santos, 3,56%

Municípios paulistas recebem Selo Município Livre do Analfabetismo, conferido pelo MEC a 64 cidades brasileiras

Por Daniella Turano

Em cerimônia, no Palácio do Planalto, em Brasília, com a participação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do ministro da Educação, Fernando Haddad, 64 municípios com baixo índice de analfabetismo — menos de 4% — receberam do governo federal o Selo Município Livre do Analfabetismo.

Os dados divulgados pelo MEC mostram a desigualdade

educacional entre as várias regiões do País. A maioria das cidades beneficiadas pelo selo está localizada no Sul do Brasil: 40 no Rio Grande do Sul, 16 em Santa Catarina e três no Paraná. Cinco municípios estão no Sudeste, sendo dois no Rio de Janeiro e três em São Paulo: Águas de São Pedro, com taxa de 2,94%; São Caetano do Sul, 2,99%; e Santos, 3,56%.

O selo está entre as ações lançadas, na mesma solenidade, para a melhoria da Educação, que teve como destaque a sanção da lei que criou o Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica). Na ocasião, Fernando Haddad, apresentou dois certificados que serão conferidos a municípios com bons Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): o de Ótimo Desenvolvimento Educacional, destinado aos municípios e Estados com Ideb igual ou superior a seis, e o de Bom Desenvolvimento Educacional, para os que apresentam Ideb superior ou igual a cinco e inferior a seis.

O objetivo é fazer os sistemas educacionais de excelência servirem de inspiração para os municípios com índices menores.

O selo e os certificados fazem parte das ações previstas no novo modelo do programa "Brasil Alfabetizado", que visam à redução do analfabetismo e ao envolvimento de professores das redes públicas de ensino na alfabetização de adultos, com total acompanhamento do MEC.

MUNICÍPIOS EXEMPLARES

Águas de São Pedro foi o município de São Paulo com melhor colocação de taxa de analfabetismo, 2,94%. São 880 estudantes, em aproximadamente 1.900 habitantes, segundo o censo do IBGE de 2001.

O quadro curricular diferenciado, a competência dos professores e da equipe gestora, a participação dos pais no processo educacional, o espaço físico das unidades escolares e o relacionamento da escola com a comunidade são alguns dos motivos que fazem da educação de Águas de São Pedro um exemplo a ser seguido. Além disso, são oferecidas aos alunos, em horário alternado ao desenvolvimento das aulas, atividades curriculares desportivas, como: natação,

vôlei, basquete, futebol de campo e salão, ginástica rítmica, hidroginástica, capoeira e condicionamento físico, e desenvolvido de forma optativa com os alunos do ensino fundamental do 1º ao 5º ano um projeto de escola integral: "Saber e Ser", onde os estudantes, em horários alternados às práticas das aulas, desenvolvem atividades de cunho educacional, cultural, social, esportivo e comunitário.

Por conta do enorme sucesso, a maior dificuldade encontrada pelos gestores educacionais está na procura por vagas por alunos de municípios vizinhos, porém os moradores da cidade possuem vaga garantida.

Não existe nenhum incentivo financeiro oferecido aos alunos, mas sim investimento em desenvolvimento pessoal e profissional, através de projetos, palestras e sensibilização cotidiana: "Priorizamos uma educação com qualidade, onde a família e a escola buscam alternativas para melhorar o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Uma educação que contempla a pedagogia participativa, onde afeto e sabedoria caminham juntos", explica o Prof. Celso Odair Ribeiro, secretário municipal de Educação e Cultura de Águas de São Pedro.

São Caetano do Sul (taxa de 2,99% de analfabetismo) possui cerca de 140 mil habitantes, de acordo com o Censo 2000, do IBGE. Dezoito mil são alunos das 56 escolas municipais (infantil, fundamental e médio), e 14 mil, das 12 escolas estaduais (fundamental ciclo 2 — de 5ª a 8ª série — e ensino médio).

A maior dificuldade enfrentada pela Secretaria da Educação de São Caetano é o desafio da ampliação da rede de ensino municipal. Por ter se tornado referência de qualidade na região, a procura por vaga nas escolas municipais é grande, tornando necessária uma constante expansão no número de escolas — o que vem sendo feito nos últimos anos pela Prefeitura, com a construção de novas unidades e a



Águas de São Pedro

foi o município
de São Paulo
com melhor
colocação
de taxa de
analfabetismo,

2,94%



São Caetano do Sul

possui taxa de 2,99% de analfabetismo, com cerca de

140 mil

habitantes, de acordo com o Censo 2000, do IBGE

municipalização de escolas estaduais.

Segundo o prefeito da cidade, José Auricchio Júnior, o principal compromisso, enquanto gestores públicos, é garantir a qualidade do serviço oferecido à população. Na área da Educação isso não é diferente: "Nossa equipe trabalha incessantemente para oferecer aos alunos o que há de melhor em termos de ensino, tanto na parte de conteúdo, com formação continuada de professores, quanto nas condições de infra-estrutura das escolas", diz. A ampliação do acesso ao ensino municipal também é um compromisso da administração: "Em 2007, assumimos o controle de dez escolas estaduais, que passaram a fazer parte da rede municipal. Com isso, mais 6,5 mil alunos foram incluídos em nossa rede. Desta forma, nos comprometemos a aumentar a qualidade de ensino destas escolas", completa o prefeito.

Entre as ações apontadas pela prefeitura de São Caetano para reduzir o analfabetismo, está a aplicação de 35% do orçamento do município na Educação – a Constituição Federal prevê 25%. Isso se traduz em números: 100% das crianças da cidade estão na escola.

A cidade também não esquece dos adultos que não foram alfabetizados. O diferencial, neste ponto, é que o trabalho da Educação não acaba com a alfabetização: "Também investimos no ensino de período integral nos níveis Infantil e Fundamental, e na construção de novas escolas. Quanto aos adultos, nos esforçamos para que eles tenham oportunidade de seguir seus estudos no supletivo gratuito da Prefeitura, para na sequência chegarem à universidade", explica Auricchio.

Aluno bem alfabetizado também é sinônimo de professores bem preparados. Segundo a diretora de Educação de São Caetano, Magali Aparecida Selva Pinto, há um investimento constante na formação pedagógica dos professores, para que os alunos tenham sempre contato com o que há de mais moderno em relação às práticas de ensino. Isso motiva os estudantes a continuarem seus estudos, por tornar o período em sala de aula mais agradável e produtivo: "Além disso, nossas escolas

possuem uma infra-estrutura moderna, com salas de informática, quadras poliesportivas, auditórios e laboratórios de biologia, entre outros equipamentos", diz.

A alfabetização de adultos também é valorizada, com o Programa de Alfabetização de Adultos (Proalfa). Ele funciona ininterruptamente desde 1999 e passou por uma remodelação em 2005. Agora, o adulto que é alfabetizado no "Proalfa" é matriculado diretamente no supletivo municipal. Antes, os adultos alfabetizados tinham de fazer uma prova para cursar o supletivo, o que deixava muitos deles nervosos e desestimulava que continuassem estudando: "Mais de 3,7 mil alunos já se formaram e, como prova do sucesso do programa, o número de alunos na alfabetização de adultos diminuiu consideravelmente — atualmente, cerca de 160 alunos estão cursando o "Proalfa", afirma a diretora.

A Prefeitura de São Caetano ainda concede bolsas de estudo para cerca de 3 mil estudantes da cidade, que recebem auxílio, majoritariamente, para cursos do Ensino Superior. Também há um programa de bolsas de estudos no ensino Fundamental e Médio em escolas particulares do município — a Prefeitura abre mão de parte da arrecadação de impostos destes estabelecimentos em troca de bolsas de estudo.

Entre os três municípios paulistas contemplados, Santos (3,56% de analfabetos) é o mais populoso, com cerca de 420 mil habitantes. As escolas atendem 35 mil estudantes, entre educação infantil, ensino fundamental (1º ao 9º ano) e Educação de Jovens e Adultos. A educação é prioridade da atual administração, que implementou, entre outros, o programa "Santos Criança", lançado pela Prefeitura em agosto, envolvendo crianças e adolescentes de até 14 anos. "Santos Criança" visa à integração entre as diversas áreas dos serviços públicos, com o objetivo principal de melhorar a qualidade de vida e propiciar um desenvolvimento saudável e integral para a criança por meio do fortalecimento de uma rede permanente e integrada de atenção à infância e apoio às famílias, visando re-

O Selo Município Livre do Analfabetismo faz parte das ações previstas no novo modelo do programa "Brasil Alfabetizado", que visam à redução do analfabetismo



duzir índices de violência, evasão escolar, gravidez precoce e consumo de drogas. Outro programa de incentivo à educação é o "Parceiros do Saber", mais um instrumento de erradicação do analfabetismo na cidade, que conquistou o título Educação Ouro 2005 e consolidou a cidade como referência nacional na área. O prêmio é outorgado em parceria pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), o Ministério da Educação e a empresa Interativa às cidades que desenvolvem programas educacionais inovadores. O "Parceiros do Saber" foi avaliado por mestres e doutores, após ampla pesquisa em entidades, como o Instituto Nacional de Pesquisa Educacional (Inep), que avaliam o desempenho das secretarias de Educação em todo o País. Outros dois projetos da Prefeitura – "Letra e Vida" e "A Criança de 6 anos no Ensino Fundamental: Trabalhando a Prática Pedagógica" foram contemplados com o prêmio "Além das Letras - Ampliando os horizontes da alfabetização no Brasil", em março de 2007. A promoção tem como meta identificar, apoiar, reconhecer e divulgar experiências de formação no

aperfeiçoamento profissional de professores alfabetizadores, desenvolvidas por órgãos municipais de educação. Resulta de parceria entre os institutos "Avisa Lá", "Razão Social" e "Fundação Avina", com patrocínio da empresa Gerdau.

Para atrair estudantes para as escolas, além da ampla divulgação no Diário Oficial do Município, a cidade conta com a colocação de faixas, em todas as unidades, divulgando os eventos e programas implementados.

O prefeito de Santos, João Paulo Tavares Papa, garante que para obter o selo do MEC não existe segredo, apenas muito trabalho integrado com uma série de projetos que incentivam a continuidade do estudo entre a população: "Este prêmio é fruto de um trabalho sério, da soma de esforços pela erradicação do analfabetismo. Em dois anos e meio, conseguimos diminuir 0,5% e vamos continuar trabalhando intensamente até zerar este índice. Esta vitória, dividimos com todos educadores de Santos", afirmou o prefeito, acompanhado pela secretária municipal de Educação, Suely Maia, na ocasião do recebimento do Selo.

Entre os três municípios paulistas contemplados,

Santos

(3,56% de analfabetos) é o mais populoso, com cerca de

420 mil habitantes

Presidente Lula sanciona lei que regulamenta o Fundeb

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou no último dia 20 de junho, a Lei 11494/2007, que regulamenta o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O Fundeb é um Fundo de natureza contábil, formado com recursos provenientes das três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal), instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória 339, de 28 de dezembro do mesmo ano, convertida na Lei 11.494, de 20 de junho de 2007.

Em vigor desde 1º de janeiro, o novo fundo, que se estenderá até 2021, substitui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Essa implantação está sendo realizada de forma gradual, alcançando a plenitude em 2009, quando estará funcionando com todo o universo de alunos da educação básica pública presencial e os percentuais de receitas que o compõem terão alcançado o patamar de 20% de contribuição.

Com o Fundeb, a educação básica atenderá 47 milhões de estudantes de creches, educação infantil e especial, ensinos fundamental e médio e educação de jovens e adultos. Com o Fundef, a União investiu, em 2006, R\$ 313,7 milhões. No total, o Fundeb aplicará na educação básica, este ano, R\$ 48 bilhões. E, a partir do quarto ano de vigência do fundo, R\$ 62,9 bilhões (com base em valores de 2007). O Fundef destinava R\$ 35,2 bilhões anuais ao ensino fundamental.

A complementação da União para os estados com menos disponibilidade financeira aumenta com o Fundeb. O valor mínimo por aluno aumenta com o novo fundo. As séries iniciais do ensino

fundamental que estavam recebendo R\$ 682,60 por estudante durante o ano, com o Fundeb passam a receber R\$ 946,29.

O Fundeb é constituído por 20% de alguns impostos e transferências constitucionais de estados e municípios e de uma parcela de complementação da União.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

De acordo com o disposto na Lei nº 11.494/2007, a fiscalização dos recursos do Fundeb é realizada pelos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios e, quando há recursos federais na composição do Fundo em um determinado Estado, o Tribunal de Contas da União e a Contadoria-Geral da União também atuam nessa fiscalização, naquele Estado.

A legislação estabelece a obrigatoriedade dos governos estaduais e municipais apresentarem a comprovação da utilização dos recursos do Fundo em três momentos distintos, quais sejam:

Mensalmente - Ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, mediante apresentação de relatórios gerenciais sobre o recebimento e emprego dos recursos do Fundo.

Bimestralmente - Por meio de relatórios do respectivo Poder Executivo, resumindo a execução orçamentária, evidenciando as despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, em favor da educação básica, à conta do Fundeb.

Anualmente - Ao respectivo Tribunal de Contas (Estadual/Municipal), de acordo com instruções dessa instituição, que poderá adotar mecanismos de verificação com periodicidades diferentes (bimestrais, semestrais, etc). Essa prestação de contas deve ser instruída com parecer do Conselho.



Fundeb
é constituído
por 20% de
alguns impostos
e transferências
constitucionais
de Estados e
municípios e de
uma parcela de
complementação
da **União**

Apoio integral para o seu município alcançar as metas de qualidade.



*Qualidade
em educação
para todos*

Segmentos

- Maternal e Educação Infantil
- Ensino Fundamental – Séries Iniciais *
- Ensino Fundamental – Séries Finais *
- Pré-vestibular

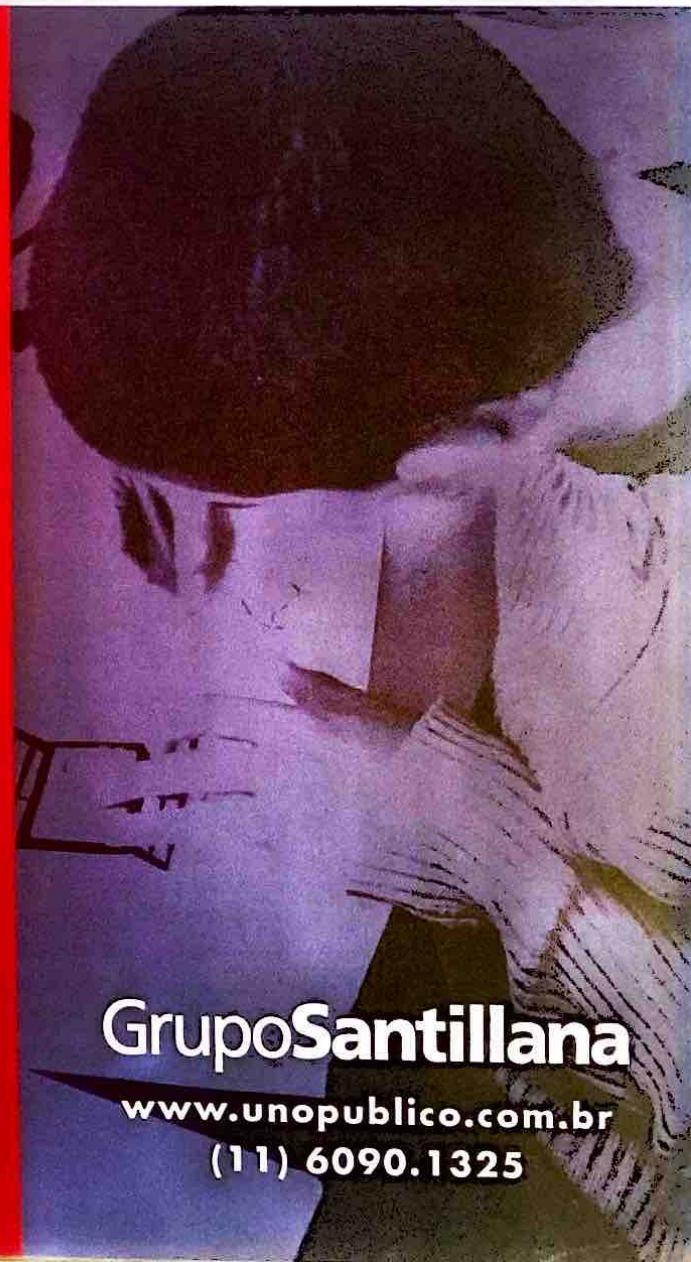
Apoio consistente aos municípios

- Apresentação da proposta pedagógica e orientação do corpo docente para o uso do material;
- Acompanhamento na adequação e execução do planejamento durante o ano letivo;
- Encontros e palestras para professores, gestores, alunos e pais ao longo do ano;
- Atendimento permanente e contínuo à escola e à Secretaria de Educação, em datas definidas, de acordo com as necessidades da escola e das Secretarias;
- Orientação para a implementação de plano de gestão para a melhoria dos resultados, com foco na aprendizagem do aluno.

Apoio ao professor

- Modelos de avaliações bimestrais;
- Portal com área de acesso exclusivo ao professor;
- Equipe de professores especialistas para atendimento.

* Ensino Fundamental com 8 ou 9 anos
conforme a necessidade do município



GrupoSantillana
www.unopublico.com.br
(11) 6090.1325

HABITAÇÃO

CDHU

SECRETARIA DE ESTADO
HABITAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO
BALMACHA

SECRETARIA DE HABITAÇÃO

FEIRÃO
CAIXA
DA CASA PRÓPRIA

NA CAIXA
VOCÊ
CONSEGUE



Da esq. para a dir.: vice-presidente da CEF, Jorge Hereda; secretário estadual da Habitação, Lair Krähenbühl; superintendente regional da CEF, Augusto Bandeira Vargas; e o diretor administrativo-financeiro da CDHU-SP, Manoel Jesus Gonçal

Moradia para todos

Caixa Econômica Federal e Governo do Estado de São Paulo firmam parceria para investimento em moradia popular

Por Daniella Turano

Abertura do terceiro Feirão da Casa Própria, realizado no mês de maio, no Expo Center Norte, em São Paulo, serviu de palco para a assinatura do termo de cooperação e parceria para integração de recursos para investimentos em moradia popular, entre a Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Habitação e da CDHU. Estiveram presentes os vice-presidentes da Caixa, Fernando Nogueira e Jorge Hereda, e o secretário Estadual da Habitação, Lair Krähenbühl.

A proposta da Caixa Econômica, segundo Euclides Tedesco, gerente regional de Negócios, é investir na melhoria da qualidade de vida da população do Estado de São Paulo, buscando prestar um serviço de qualidade e que efetivamente atenda às necessidades da população de baixa renda. O acordo foi firmado considerando-se o déficit habitacional existente no Estado, que atinge principalmente essa população, além dos dificultadores financeiros que impactam a implementação e viabilização da produção de empreendimentos habitacionais.

“Cada município, analisando a necessidade de sua região, poderá contar com toda a equipe da Caixa Econômica Federal para viabilizar soluções efetivas que diminuam o déficit habitacional”, Euclides Tedesco

Agora é possível integrar recursos e viabilizar convênios de acordo com os programas habitacionais de cada participante (federal, estadual e, eventualmente, municipal): “O convênio estabelece as linhas mestras para viabilizar convênios futuros, após delineadas as necessidades e os programas habitacionais de cada região. Assim, cada município, analisando a necessidade de sua região, poderá contar com toda a equipe da Caixa para viabilizar soluções efetivas que diminuam o déficit habitacional. O importante é que os recursos de fato cheguem às famílias que precisam”, diz Tedesco.

INOVAÇÃO

Esse acordo traz importante inovação, com a alocação de recursos do Governo Federal, do FGTS, do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), por meio de uma parceria entre as esferas Federal, Estadual e Municipal, em busca

de soluções para as questões habitacionais.

Entre as atribuições da Secretaria de Habitação do Estado e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), estão o aporte de recursos financeiros, bens e serviços, a apresentação de empreendimentos e projetos habitacionais, a licitação dos imóveis e a identificação das famílias beneficiárias, por meio de pré-seleção, de acordo com as necessidades estabelecidas no plano de trabalho, dentro das ações prioritárias.

À Caixa Econômica Federal cabe a disponibilização de seus produtos, equipes e expertise no fomento ao setor de Habitação no País. A Caixa irá orientar os gestores sobre o melhor aproveitamento dos aportes financeiros, de acordo com as características dos vários programas habitacionais.

Faça parte



Para participar, cada município deverá verificar quais os problemas de sua localidade e procurar a Caixa Econômica Federal e/ou a Secretaria de Estado da Habitação/CDHU. Será elaborado um plano de trabalho, definindo as regiões e zonas de intervenção prioritárias, bem como os empreendimentos que serão desenvolvidos dentro dos Programas Habitacionais disponíveis para cada área. Dentre os programas propostos estão:

PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Viabiliza o acesso à moradia

às famílias com renda mensal de até três salários mínimos, em localidades urbanas e rurais, com demanda de recursos federais pelos Estados, Distrito Federal e municípios por meio de entidades das respectivas administrações direta e indireta.

CRÉDITO SOLIDÁRIO

Programa de financiamento habitacional, criado pelo Conselho Curador do Fundo Desenvolvimento Social - FDS e destinado à viabilização de moradia às famílias de baixa renda, organizadas por cooperativas ou associações com fins habitacionais.

PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL (PAR)

Propicia a aquisição de unidades habitacionais a serem construídas, em construção, conclusão, recuperação ou reforma para arrendamento residencial. Beneficia a população de baixa renda, prioritariamente concentrada nos grandes centros urbanos, com a opção de compra ao final do prazo contratado.

PROGRAMA CARTA DE CRÉDITO ASSOCIATIVO

Linha de crédito destinada à produção de empreendimentos habitacionais, reabilitação de empreendimentos urbanos e

produção de lotes urbanizados, com financiamento direto às pessoas físicas, agrupadas em condomínios, sindicatos, cooperativas, associações, pessoas jurídicas voltadas à produção habitacional, companhias de habitação ou órgãos assemelhados, Estados, municípios, Distrito Federal ou órgãos da administração direta ou indireta, com a participação, ou não, de construtora.

Esses programas englobam as diversas modalidades: aquisição, construção, reforma e revitalização, atendendo às mais variadas necessidades de cada município, tanto nas áreas urbanas, quanto nas rurais.



Igualdade na diferença

Iniciativas provam que é possível criar um sistema de transporte igual para todos

Por Iara Martins

Um dos grandes desafios das cidades de todo o mundo é a organização do sistema de transporte público. O famoso e importante direito de “ir e vir” de todos os cidadãos deve ser respeitado, de forma a democratizar a mobilidade e acessibilidade urbana de forma planejada e, sobretudo, com qualidade. O Estado de São Paulo possui um dos maiores sistemas de transporte do País.

Segundo dados atuais do sistema de transportes intermunicipais de passageiros, o Estado possui um total de 15.287 veículos registrados, entre rodoviários, suburbanos, auto-lotação e fretamento. Sendo que somente os dois primeiros, registram um total

de 173,6 milhões de usuários por ano.

A capital é responsável pelo transporte diário de 5,5 milhões de passageiros nas 1.293 linhas oferecidas pelas empresas que operam o sistema de ônibus urbanos, gerenciado pela SPTTrans. O número de usuários com algum tipo de deficiência cadastrados pela companhia é de 227.167, que desfrutam de mais de 2.000 veículos adaptados, seja com elevadores, rampas e piso baixo central ou modelo todo em piso baixo.

O município oferece também o Atende, um transporte porta a porta gratuito, que disponibiliza vans adaptadas para portadores de alto grau de deficiência, a fim de levá-los



a tratamentos médicos, escolas, eventos, entre outros. Atualmente, são atendidos no serviço cerca de 6 mil pessoas, entre deficientes e acompanhantes, que utilizam 271 vans. O total de viagens por mês é de 130 mil, o que mostra a importância desse trabalho na cidade.

BONS EXEMPLOS

Com 50% da frota adaptada, Santos é outro exemplo de município que possui iniciativa para a independência de locomoção dos deficientes. Além dos 156 veículos adaptados, a cidade disponibiliza aos seus moradores o transporte gratuito, previsto na Lei nº 1.268/93. A isenção também se aplica aos acompanhantes daqueles que não se locomovem sozinhos. Atualmente, a CET-Santos, gerenciadora do sistema, possui cerca de 5.700 portadores de deficiências cadastrados.

A permissionária local é a Viação Piracicabana, que oferece 40 linhas de ônibus, responsáveis pelo transporte mensal de mais de 4 milhões de passageiros. Destes, cerca de 27% usufruem da gratuidade do transporte, sendo portadores de necessidades especiais e idosos.

A cidade do Guarujá também possui parte de sua frota fabricada especialmente para deficientes. Antes de 1999, a empresa responsável pelo transporte urbano da cidade, a Viação Translitoral, realizava um serviço porta a porta para os portadores de necessidades especiais, com uma van e motorista. No entanto, consciente da carência dessa população, incorporou em sua frota ônibus adaptados com elevadores e boxes internos para cadeira de rodas. E, até o final deste mês, a viação disponibilizará mais 15 novos transportes adaptados. Para o diretor da empresa, José Roberto Sobral, "garantir a acessibilidade nos ônibus urbanos é fator de suma importância para a integração social dos portadores de necessidades especiais no Guarujá".

Dos 25 milhões de usuários transportados no ano passado pela viação, aproximadamente 739 mil, incluindo acompanhantes, eram portadores de necessidades especiais. Destes, mais de 17 mil eram cadeirantes.

A viação realiza, ainda, treinamento dos motoristas para a locomoção dos cadeirantes nas escadas, nos elevadores e nos ônibus; bem como a capacitação de seus controladores operacionais, que trabalham nos terminais rodoviários, para orientar e conduzir essas pessoas. Além disso, a cidade investiu também na acessibilidade nos terminais Vicente de Carvalho e Ferry Boat. Ambos foram projetados de forma a facilitar o acesso dos deficientes com conforto e segurança e contam com rampas de acesso na calçada, sinalização, banheiros e telefones públicos adaptados.

"Ao ampliarmos a frota de ônibus adaptados permitimos a inclusão do deficiente no sistema", Davi Monteiro Lino, vice-prefeito de Jacareí

INVESTIMENTO NA INCLUSÃO

O município de Jacareí é mais um dos exemplos de investimento na inclusão do deficiente. No setor de transporte municipal, uma das exigências do edital de concorrência foi a ampliação da frota de veículos adaptados. A empresa vencedora, a Jacareí Transporte Urbano (JTU), deverá entregar mais 13 veículos adaptados nos próximos quatro anos e, em oito anos, toda a frota deverá estar adequada às exigências.

Com o novo contrato, válido por dez anos e renovável pelo mesmo período, a empresa concessionária terá até 18 meses para substituir eventuais ônibus com idade máxima prevista para uso, que é inferior a dez anos. E permitirá, ainda, a instalação de 250 novos abrigos de ônibus e estações de transferência, facilitando a vida de quem depende do transporte público.

Para o vice-prefeito de Jacareí, Davi Monteiro Lino, a cidade deve oferecer condições igualitárias aos seus munícipes. "Ao ampliarmos a frota de ônibus adaptados, por exemplo, permitimos a inclusão do deficiente no sistema. Ele passa a ter maior mobilidade, porque sabe que pode sair de casa e ir ao trabalho utilizando o ônibus, que é para todos mesmo. Além da questão de inclusão, trata-se ainda de uma questão de auto-estima dessas pessoas", comentou.

**Dos 25 milhões de usuários
transportados ano passado no Guarujá,
aproximadamente 739 mil eram portadores
de necessidades especiais**

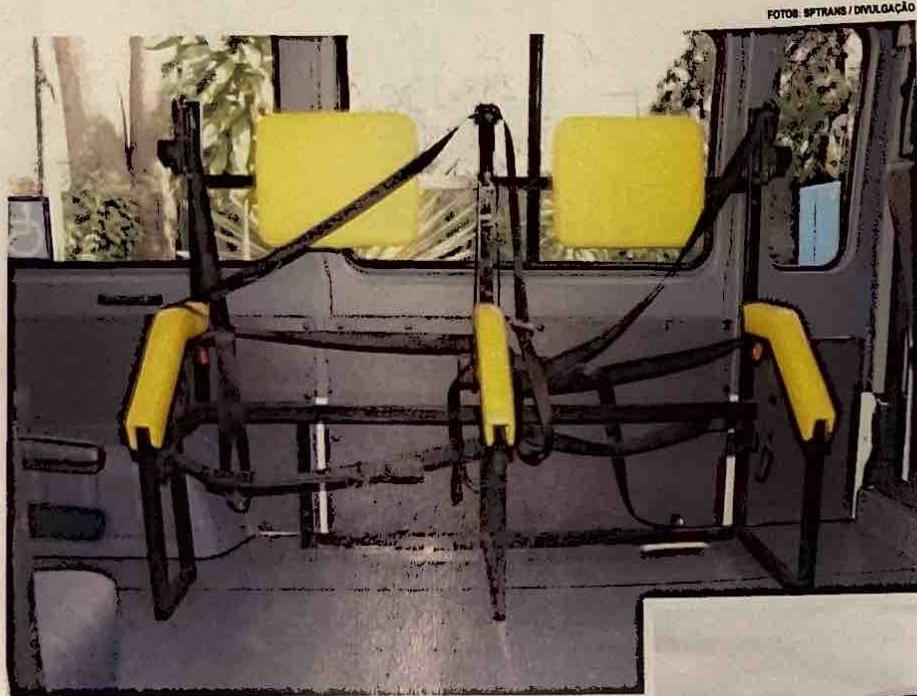


FOTO: SPTrans / DIVULGAÇÃO

O número de usuários com algum tipo de deficiência cadastrados pela SPTTrans é de 227.167, que desfrutam de mais de 2 mil veículos adaptados

O sistema de transporte coletivo de Jacareí contabiliza por mês uma média de 60 mil usuários, dos quais 130 com deficiência. Em abril, a prefeitura ampliou o acesso com a entrega de mais oito ônibus adaptados com elevador hidráulico, o que gerou um aumento de 160%. Com isso, a cidade passou a ter 13,5% da frota adaptada em nove linhas.

Além disso, ainda são oferecidos à população dois veículos adaptados para atendimento “casa a casa” de pessoas com deficiência. E também o sistema “Vai e Volta”, que conta com sete microônibus responsáveis pela realização do transporte complementar, fazendo a interligação entre bairros afastados e o sistema convencional de transportes.

São José dos Campos, que igualmente apresenta iniciativa para deficientes, possui cerca de 4.500 pessoas portadoras de necessidades especiais cadastradas no transporte coletivo convencional, o que significa dizer que, dos mais de 57 milhões de passageiros transportados em 2006, cerca de 3% desses eram deficientes.

A cidade possui 15 vans adaptadas, que fazem o serviço “porta a porta” para os 1.300 deficientes cadastrados para esse transporte, que não conseguem subir nos ônibus convencionais. Esse tipo de serviço existe desde março de 1999, através do decreto assinado pelo ex-prefeito Emanuel Fernandes. O serviço contava, inicialmente, com 3 vans. Atualmente, São José dos Campos está em fase de licitação do transporte coletivo urbano e exigirá que 30% da frota de ônibus seja adaptada aos portadores de necessidades especiais.

Uma das empresas responsáveis por ônibus especialmente fabricados para portadores de necessidades especiais é a Volkswagen, que fabrica anualmente uma média de



4.500 unidades de ônibus convencionais. A quantidade de veículos adaptados pode variar de acordo com cada Estado. A SPTTrans, por exemplo, responde pela compra de dez unidades com elevador para 280 “Low Entry”.

O analista de marketing do produto da empresa, Paulo Razzo, afirmou que cada dia mais há a conscientização dos gestores públicos da necessidade e importância de se possuir uma frota de transporte coletivo adaptado. E que, a partir do início de 2006, a procura por esse tipo de ônibus aumentou consideravelmente.

Mas o sistema de transporte público para deficientes não está somente nos ônibus. O metrô de São Paulo, por exemplo, conta no Orçamento do Estado com recursos de R\$ 82,5 milhões para ser aplicado até 2012 nas adequações necessárias nas estações mais antigas, a fim de facilitar a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. E as novas linhas e extensões já contemplam todos esses recursos de acessibilidade.

NOVO CONCEITO EM ODONTOLOGIA



A Dental Delivery empresarial é uma empresa de prestação de serviços odontológicos que pertence ao grupo Maida Mellace, um grupo familiar que atua na área da saúde há quase 50 anos, com credibilidade e sempre inovando. Proprietários do Hospital e Maternidade São Miguel, Day Hospital de Ermelino Matarazzo, Maimell Saúde Empresarial, Saúde São Miguel, além de ambulatórios em Suzano e Itaquaquecetuba, Laboratórios de Análises Clínicas.

A Dental Delivery traz ao mercado um novo conceito em odontologia, que consiste em levar o atendimento até o seu cliente, através de unidades móveis odontológicas, totalmente equipadas e com profissionais altamente qualificados.

As unidades possuem, além dos equipamentos odontológicos, ar-condicionado, TV, som ambiente, purificador de água, frigobar, reservatório de água e de gelos e gerador de energia, o que possibilita o seu funcionamento independente.

Além dos serviços, contamos com um sistema de Gestão Odontológica totalmente informatizado

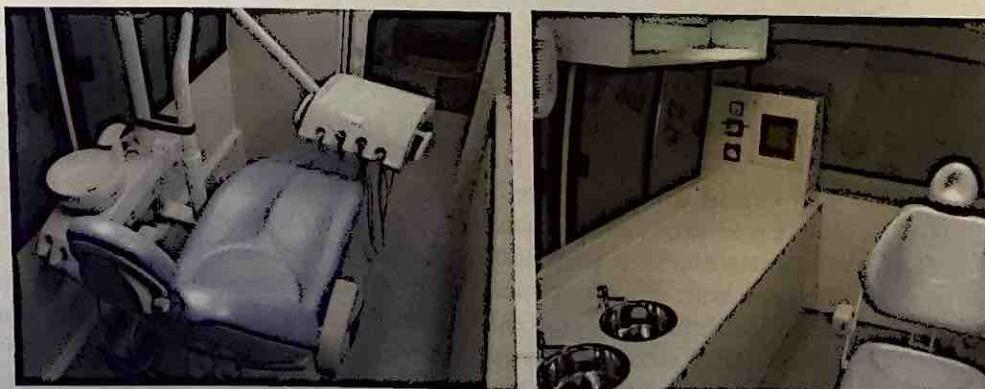
(prontuário eletrônico), que disponibiliza através da internet o acompanhamento de todos os atendimentos efetuados. Sistema este, com banco de dados (nome completo, endereço, telefone, CEP e anamnese), biometria (sistema de identificação através da impressão digital),

foto do paciente, odontograma e armazenamento de imagens das fases do tratamento.

Atuamos em empresas Privadas, cooperativas, sindicatos, associações, e entidades públicas (governos federais, estaduais e municipais).

DIFERENCIAIS:

- Economia de tempo e transporte para o paciente
- Comodidade, conforto e praticidade no atendimento
- Redução acentuada no absenteísmo
- Tratamento Completo e Prevenção
- Não somos plano odontológico, portanto não nos tornamos custo fixo
- Sem carência no atendimento



Tecnologia a favor do município

Em sua 8^a edição, CBTIM espera reunir mais de 1.500 participantes



O Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação foi realizado pela primeira vez em 2000

Por Stela Martins

Odinamismo dos avanços no campo da informática, principalmente no de Tecnologia da Informação, impossibilitou aos administradores públicos estagnar. Hoje, é preciso que eles estejam em constante atualização para acompanhar as tendências do cenário atual. Caso isso não ocorra, corre-se o risco de ficar para trás e impossibilitar que seu município avance no cenário político e econômico.

Como é de suma importância que estes profissionais tomem conhecimento das evoluções e dos mecanismos de controle que impactam e refletem em seus governos e municípios, a Associação Paulista de Municípios (APM)

criou o Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios (CBTIM).

Em sua 8^a edição, o Congresso pretende apresentar aos municípios o que há de mais moderno no mercado em soluções de TI e que possam atender às suas demandas. Este ano, o evento acontecerá de 5 a 7 de novembro, no Centro de Convenções Frei Caneca, em São Paulo.

De acordo com Carlos Cruz, diretor financeiro da APM, o principal objetivo do evento é apresentar ao público as ferramentas e os instrumentos mais atuais e modernos disponíveis no mercado, de modo a contribuir com o



Por meio de palestras, mesas redondas e exposições paralelas, CBTIM visa contribuir com a capacitação dos gestores públicos municipais

aprimoramento e a modernização dos serviços públicos.

Por meio de palestras, mesas redondas e exposições paralelas, o Congresso visa contribuir com a capacitação dos gestores públicos municipais, de modo a capacitá-los para participarem do processo de planejamento e implantação de administrações municipais modernas e democráticas e na identificação das diretrizes constitucionais e legais, dos recursos financeiros disponíveis e das linhas de financiamento, inclusive para a modernização das gestões.

Voltado para gestores públicos municipais e técnicos das áreas de atuação dos governos locais, além de profissionais liberais e estudantes, a 8ª edição do CBTIM espera receber cerca de 1.500 participantes, quase 35% a mais do que a edição anterior.

Paralelamente ao evento, a APM também promove uma Exposição de Produtos, Serviços e Tecnologias, que dá oportunidades aos congressistas de conhecerem o que o mercado oferece de mais avançado e que seja de interesse dos municípios. Desta maneira, entidades e empresas podem participar e colocar nessa “vitrine” seus produtos, serviços e tecnologias a dispor dos participantes.

UM POUCO DE HISTÓRIA

O Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios foi realizado pela primeira vez em 2000, com o objetivo de preparar, naquela época, os primeiros prefeitos eleitos para o século XXI. Por ser o único Congresso de TI

do Brasil voltado especificamente para municípios, a Associação Paulista de Municípios resolveu que sua abrangência deveria ser nacional.

O projeto do CBTIM, desenvolvido pela APM, surgiu com o advento dos Programas oferecidos pelo Governo Federal, como o Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Básicos (PMAT) e o Programa de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), e devido à tecnologia avançada da estrutura do Estado de São Paulo, pioneiro no Governo Eletrônico.

Uma das grandes inquietações da APM era conseguir unir, em um mesmo espaço e tempo, instituições privadas e governamentais, como financeiras que dispõem de recursos para a modernização das gestoras públicas, fabricantes de ferramentas de TI e os municípios. Isso foi possível com a concretização do projeto desse Congresso.

Para chegar à 8ª edição, foi preciso muita determinação para quebrar paradigmas e promover mudanças conceituais. No entanto, a determinação dos organizadores do evento contribuiu para que hoje exista uma consciência clara dos gestores públicos, prefeitos, vereadores e técnicos municipais sobre a importância da atualização de conhecimentos, principalmente os relacionados à tecnologia. Conhecimentos estes que vieram auxiliar estes profissionais nas tomadas de decisões político-administrativas, por meio de um universo ordenado de informações.

Suporte aos municípios

Durante os anos, o CBTIM teve o objetivo de auxiliar os gestores municipais de diversas maneiras. Conheça as principais:

Praticar a integração das administrações municipais, estaduais e federal, com controle comum dos recursos, programas e atividades, visando a discussão da redefinição do Pacto Federativo.

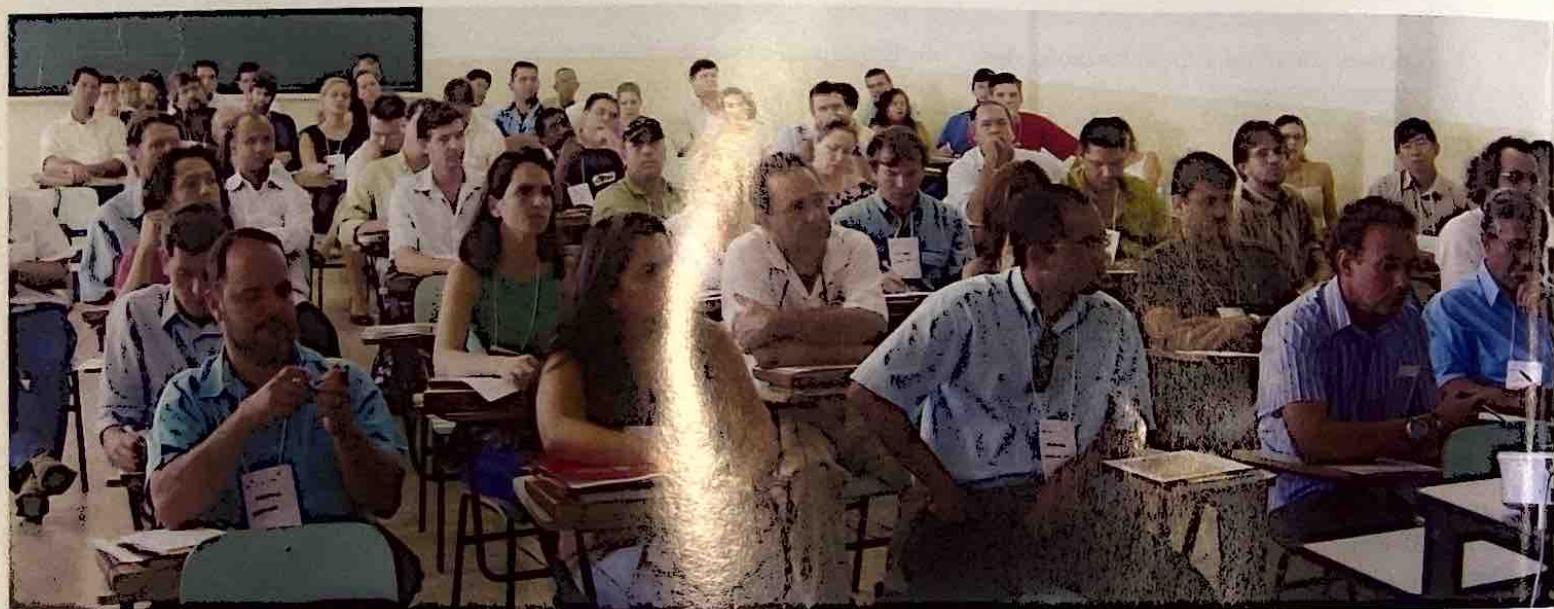
Subsidiar os gestores a gerenciar as responsabilidades e possibilidades de atuação dos municípios, com soluções adequadas e devidamente gerenciadas;

- Apresentar aos gestores municipais as soluções que atendam as demandas municipais, tanto no âmbito interno como externo, nos campos socioeconômico, político e cultural, ou no contexto das relações internacionais;

Estimular, promover e multiplicar o intercâmbio de experiências bem sucedidas no enfrentamento de problemas administrativos diários vividos pelos Municípios brasileiros para efetividade das políticas públicas.

Estimular o desenvolvimento e a participação de lideranças municipais em questões relacionadas à administração municipal.

Gestão ambiental compartilhada



Módulo básico em Santa Fé do Sul

Curso de capacitação de gestores municipais é sucesso entre cidades paulistas

O meio ambiente é uma das questões mais desafiadoras da atualidade e tem sido motivo de discussões, preocupação e mobilização de autoridades de todo o mundo. Isso porque se torna cada vez mais evidente a importância de se investir em iniciativas que dispensem atenção especial ao tema. E a Comissão Tripartite do Estado de São Paulo – formada por representantes dos governos federal, estadual e dos municípios – está fazendo a sua parte ao disseminar a prática da boa gestão ambiental, através do Programa Estadual de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente), que teve sua primeira etapa concluída no mês passado e contou com a participação de 103 municípios paulistas.



Módulo básico em São João da Boa Vista

A iniciativa estadual integra o programa nacional, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e se fundamenta na lógica da gestão ambiental compartilhada entre as três esferas de governo, sendo sempre consideradas as particularidades locais e regionais. Com essa formação de novos gestores e conselheiros, os municípios são incentivados a constituir seus próprios organismos de gestão ambiental, inclusive conselhos, o que proporciona agilidade, economia e segurança da qualidade do meio ambiente.

Foram parceiros na implementação

e execução do Programa Estadual a Associação Paulista de Municípios (APM), o IBAMA, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a CETESB, a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a ANAMMA e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. E do treinamento, a Fundação Prefeito Faria Lima/CEPAM, os Escritórios Regionais de Governo do Estado de São Paulo e o Instituto Ecoar para a Cidadania, que atuou na mobilização da sociedade civil organizada.

Para o gestor do projeto no Estado, Antônio César Basso, o programa representa o início da descentralização das decisões sobre o meio ambiente e uma conquista em termos de gestão compartilhada da política ambiental, "pois agrupará representantes do poder público e membros da sociedade civil em torno da gestão ambiental local". Hoje, muitas das questões socioambientais são tomadas por instituições federais ou estaduais, não cabendo quase nada aos municípios e seus conselheiros de meio ambiente.

Com uma carga horária total de 56 horas, o curso contou com aulas práticas e oficinas participativas, nas quais os gestores receberam subsídios para implementar um sistema municipal de meio ambiente, tais como legislação ambiental, licenciamento, fiscalização, conselhos de meio ambiente, fundos de financiamento, entre outros.

CURSO DE CAPACITAÇÃO

O curso dispôs de três módulos: o básico, que esteve voltado aos gestores/técnicos municipais indicados pelos prefeitos; aos assessores técnicos das câmaras municipais, indicados pelos presidentes de câmara; e aos representantes da sociedade civil, indicados pelos conselhos municipais ou pelo segmento; as oficinas municipais, que foram as responsáveis pela divulgação do Programa de Capacitação no Estado de São Paulo e pela identificação de diretrizes mínimas que subsidiem uma agenda local para o fortalecimento da política municipal de meio ambiente, considerando o contexto do Sisnama; e, por fim, o módulo avançado, que teve como base o Termo de Referência Nacional, as pesquisas realizadas nos municípios na fase preparatória



Módulo básico em Catanduva

do Programa, as contribuições dos atores regionais e os resultados das oficinas municipais.

O município de Sorocaba recebeu uma das oficinas regionais, e para seu secretário de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, José Dias Batista Ferrari, o curso é "uma ferramenta importante no aprofundamento das discussões sobre o meio ambiente, fornecendo significativos subsídios para as ações na área em médio e longo prazo". Ele pretende transmitir os conceitos adquiridos durante o curso a mais pessoas, favorecendo o planejamento e desenvolvimento de ações ambientais.

Segundo Ferrari, receber a oficina em sua cidade foi de grande importância, pois colaborou com os grandes investimentos realizados pela prefeitura local, como o programa de despoluição do rio Sorocaba, além das ações de pesquisa, preservação e educação ambiental nos parques municipais, a campanha de combate às queimadas, a elaboração de um plano de gestão ambiental e o Plano Diretor do município.

O prefeito de Santa Fé do Sul, Itamar Borges – que sediou uma das etapas do módulo básico –, elogiou o curso e a atuação de seus professores. "Eles demonstraram alto nível de conhecimento e domínio da matéria. Além disso, o material didático distribuído é de ótima qualidade e conteúdo", disse.

Para ele, com a participação no curso e nas etapas posteriores, o município estará apto a integrar o Sisnama e com isso ter as ferramentas básicas para conduzir as questões ambientais de acordo com a realidade local. E já estabeleceu seu próximo passo, que será estabelecer um cronograma de ações, visando à elaboração da Agenda 21 do município.

O município de Boituva também esteve presente no curso de capacitação, através de três representantes da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente. O seu secretário municipal, Geraldo Celestino Corrêa, contou que ainda neste mês haverá a organização da Oficina Municipal do Meio Ambiente, que terá a responsabilidade de construir um diagnóstico perceptivo da situação ambiental no município, a fim de subsidiar uma agenda local.

Município verde

Projeto do governo incentiva municípios a cuidar do meio ambiente



Estiveram presentes também o secretário Francisco Graziano, do prefeito Gilberto Kassab, do deputado Vaz de Lima, do secretário-chefe Aloísio Nunes, da secretaria Dilma Pena, e do prefeito Orlando Pereira Barreto Neto

O governador José Serra e o secretário estadual do Meio Ambiente, Francisco Graziano, lançaram, no início deste mês, no Palácio dos Bandeirantes, o Programa Município Verde, que faz parte dos 21 Projetos Ambientais Estratégicos. A iniciativa pretende compartilhar a política do meio ambiente com os municípios, auxiliando-os a constituírem uma estrutura executiva, com capacidade e autonomia, de forma a envolver também a Câmara dos Vereadores e entidades civis.

A solenidade contou com a presença do governador José Serra, do secretário de estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano, do prefeito da capital paulista, Gilberto Kassab, do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Vaz de Lima, do secretário-chefe da Casa Civil, Aloísio Nunes



Solenidade contou com a presença do governador José Serra

Ferreira, da secretaria de Saneamento e Energia, Dilma Pena, e do prefeito de Brotas, Orlando Pereira Barreto Neto, que representou os prefeitos presentes, além de representantes dos 645 municípios paulistas. Estima-se que estiveram no local cerca de 1.400 pessoas.

A adesão dos municípios ao Programa acontecerá por meio da assinatura do termo de adesão a um protocolo com dez diretrizes, entre elas tratamento de esgoto, coleta e reciclagem de lixo, controle da poluição atmosférica, mobilização urbana, e despoluição da água. O documento foi elaborado pelo projeto, integrante da Câmara e da sociedade civil. Neste caso, o município, junto ao governo, define o plano de ação, no qual serão estabelecidos metas e prazos para o cumprimento de cada item. Segundo a assessoria da Secretaria do Meio Ambiente, 150 cidades paulistas já aderiram ao projeto.

Prêmios

Francisco Graziano explanou sobre o projeto de premiação que será estimulado pelos prefeitos. Segundo ele, a partir de junho, no ano, será feita cada uma avaliação das ações que se podem fazer e premiação das cidades que tiverem a prática mais eficiente.

Sócio Kassab explicou os critérios que cumprimem o protocolo de adesão ao projeto do governo. "Se tiver duas regiões, preferencialmente uma estrada vicinal e só tiver dinheiro para uma, vai dar preferência àquela que tiver uma condição melhor de município verde", disse. E lembrou, ainda, que o Estado não tem recursos para tocar todas as ações sem o apoio dos prefeitos. "O prefeito é quem sabe que agenda precisa ser feita para cuidar do meio ambiente. Só o prefeito conhece a realidade de seu município", completou.

O governador explicou que serão investidos no projeto R\$ 2 bilhões, divididos entre governo do Estado, prefeituras e empresas privadas. E sugeriu que o prêmio dado aos municípios tenha o nome de Franco Montoro, em homenagem ao ex-governador do Estado, que defendia a descentralização da administração.

Importante: A cidade que ainda não aderiu ao projeto Município Verde, ainda está em tempo de fazer. Basta mandar um e-mail para municipioverde@ambiente.sp.gov.br e fazer parte dessa iniciativa que promete trazer grandes mudanças no cenário político-ambiental do Estado de São Paulo.

SEU MUNICÍPIO RUMO AO FUTURO E A MODERNIDADE



Internet Sem Fios Comunitária O próximo passo para a Inclusão Digital

Através das soluções de comunicação da D-Link seu município pode muito mais. Pode permitir que todos os habitantes se conectem através da internet sem fios. Pode ficar mais seguro através da vigilância monitorada. Pode economizar nos gastos com telefonia através da comunicação VoIP.

Com D-Link o avanço tecnológico do seu município se torna realidade.

A D-Link apóia:



Fale com a D-Link: 61 3326 2500 ou governo@dlink.com.br

Multiplique
suas
Possibilidades

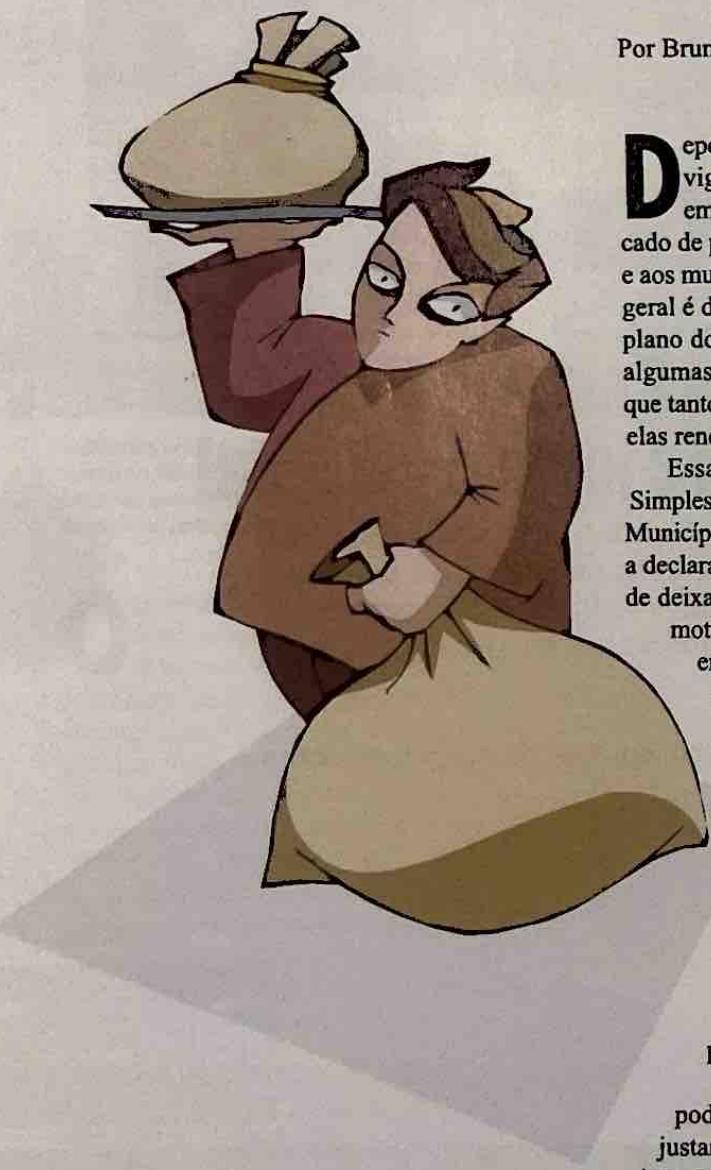
D-Link®
Building Networks for People

www.dlink.com.br

Simples Nacional – pontos positivos e negativos

O apoio à implantação do tributo é maciço quando se trata dos benefícios, mas há ressalvas quanto à arrecadação de dividendos à cidade

Por Bruna Fioreti



Depois de muito se discutir o tema, o Simples Nacional entrou em vigor em julho com a promessa de democratizar a vida das empresas. O chamado Supersimples é um regime especial unificado de pagamento de impostos e contribuições à União, aos Estados e aos municípios. Bom para as empresas, tanto que a expectativa geral é de 95% delas tenha redução em sua carga tributária. Mas, no plano dos municípios, a implantação do sistema tem trazido à tona algumas ressalvas. Quando o foco vai para a municipalidade, mais que tanto quanto ter as empresas com os tributos em dia interessa que elas rendam dividendos ao município.

Essa lógica foi discutida em junho, antes da implantação do Simples Nacional, pelos representantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM). O presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, chegou a declarar que, como municipalista, preocupa-se com a possibilidade de deixar-se de economizar a partir das novas regras de licitação. O motivo é simples: “A lei cria privilégios para as micro e pequenas empresas nos processos licitatórios, mas haverá casos nos quais os municípios deixarão de economizar”, afirmou na coletiva de imprensa realizada em 25 de junho.

Segundo a Lei Complementar nº 123/06, conhecida com a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, os governos devem privilegiar as micro e pequenas em compras de até R\$ 80 mil sempre que elas estiverem em condições de oferecer preços competitivos. Ainda que seu preço fique em até 10% a mais que as concorrentes, é dada à empresa desse porte a chance de reduzir o valor e levar a licitação. Até o momento, menos de 20% do mercado de compras governamentais é movimentado pelas micro e pequenas empresas, de acordo com dados do Sebrae.

Na hora da cobrança, a situação do município também pode ficar prejudicada. É que o propósito do Simples Nacional é justamente unificar tributos municipais, estaduais e federais. Com isso, por lei, a execução judicial de cobranças passa a ser feita pela

"A lei cria privilégios para as micro e pequenas empresas nos processos licitatórios, mas haverá casos nos quais os municípios deixarão de economizar", Paulo Ziulkoski

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - e não mais pelos órgãos de cada ente federado credor da dívida. O problema, nesse caso, aponta Ziulkoski, é que o Simples lida com valores baixos e a procuradoria não executa dívidas menores de R\$ 100 mil.

BENEFÍCIOS

Mesmo diante dessas considerações, o apoio ao Supersimples tem sido maciço, dados seus benefícios: a unificação, que exclui o antigo Simples Federal, que apenas unificava os tributos da União, desburocratiza a abertura das empresas, unifica os tributos numa só alíquota e inclui no novo regime tributários setores antes excluídos desse bloco, como serviços elétricos e de limpeza, por exemplo. Ainda prevista nas alterações da lei, está a inclusão da ICMS (estadual) e o ISS (municipal) na nova sistemática. No total, o cálculo é de que o valor pago de ICMS e ISS pelas empresas tenha redução de 20% a 45%.

Uma ajuda e tanto. De acordo com o relatório da Grant Thornton International, divulgado recentemente, enquanto em países como Espanha e Suécia apenas 20% das empresas reclamavam de a burocracia barrar seu crescimento, no Brasil, esse número chegou a 60%. Desde o início dos estudos, a Comissão que estudou o Simples Nacional deixou claro que o objetivo era diminuir a crescente clandestinidade entre as micro e pequenas empresas, sacrificadas não somente pelo valor da carga tributária, mas pela dificuldade de manutenção da estrutura contábil necessária.

Amplia-se ainda o crédito às empresas de pequeno porte, graças à possibilidade de recorrer ao Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) em caso de associação em cooperativas de crédito. E mais: agora há isenção para receitas advindas de exportações. Com tudo isso, a previsão para São Paulo, de acordo com o Sebrae-SP, é de que 600 mil companhias sejam constituídas nos próximos cinco anos e gerem 1,8 milhão de empregos.

Mas nem tudo são flores para o ramo empresarial. O setor de serviços – leia-se construção civil, segurança, imobiliárias, entre outras – pode sair no prejuízo. O motivo é que as empresas terão de recolher a contribuição previdenciária sobre a folha de salários separadamente. E nem todo mundo pôde aderir. Apesar de o prazo para adesão terminar em julho para as empresas já inscritas no Simples Federal (veja o quadro), empresas com dívidas tributárias não podem migrar. Foi o que mostrou um balanço feito pela CNM: cerca de um terço das empresas esbarraram nesse empecilho antes de aderir ao Supersimples. Estão registrados na Receita Federal 13,2 milhões de CNPJs, sendo 4,5 milhões (33,8%) já pertencentes ao Simples Federal.

Por isso, a recomendação de tributaristas é que cada empresa avalie seu caso com o contador, para saber se deve ou não entrar para o sistema e em qual tarifa se enquadraria. No campo municipal, ainda há muito discussão em torno de um tema polêmico: a autonomia de estados e municípios.

Quem adere ao Supersimples

○ Empresas que estão no Simples Federal, desde que não tenham dívidas tributárias, migram automaticamente para o Supersimples. Endividados devem parcelar os débitos dos oito tributos abrangidos pelo Supersimples.

A opção pela migração para os que não tinham o Simples Federal, ocorre até 31 de julho. Quem não fizer a opção esse mês, pode fazê-lo em janeiro de 2008. ○ Empresas novas (criadas a partir de 2 de julho) terão dez dias, a partir da inscrição no CNPJ e nos

cadastros estadual e municipal, para aderir ao Supersimples. Depois da adesão, a Receita, os Estados e os municípios têm outros dez dias para se pronunciar. Se não houver impedimentos, a empresa estará cadastrada. ○ As micro e pequenas empre-

sas que optarem pelo Simples Nacional podem calcular valores pela internet, no site da Receita, e emitir o Darf a partir de 1º de agosto. O primeiro pagamento dos tributos pelo Supersimples será feito até o dia 15 de agosto.

Câmara Municipal de Piquete

ACâmara Municipal de Piquete, instituída aos 15 de junho de 1891, é composta por nove vereadores compromissados com a população Piquetense, além de estar sempre atuante nos eventos realizados pela APM, pela UVESP e pela UVB, procurando aplicar os conhecimentos lá adquiridos nesta Casa Legislativa.



Esta Presidência faz parte ainda junto com a Vereadora Pastora Rose da Associação de Vereadores do Estado de São Paulo (Avesp), entidade recém-fundada no Vale do Ribeira que tem como Presidente o nosso estimado amigo Gaúcho, ex-presidente da Câmara de Eldorado, pois sabemos e reconhecemos a importância da participação dos Vereadores em associações desse porte.

Atualmente, o Legislativo Piquetense através de seu Presidente Ver. Prof. Hugo Ricardo Soares, acompanhado dos Vereadores José Geraldo, Betinho do Quilombo, Zico e Pastora Rose esteve presente em Brasília-DF, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Lorena e Piquete, apoiando a reivindicação salarial dos funcionários da IMBEL.

Dentre dos trabalhos realizados por nossos Vereadores vale à pena destacar o Requerimento de autoria do Vereador Claudinei da Delegacia que moveu todas as Câmaras do Estado de São Paulo chamando a atenção do Governo do Estado para o descaso cometido quanto a remuneração dos policiais civis, encaminhando inclusive cópia ao Secretário de Segurança Pública do Estado.

O retorno que tivemos das Câmaras do Estado de São Paulo superou nossas expectativas e só temos que agradecer o pronto apoio recebido por todas.

Além do Ver. Claudinei da Delegacia citamos também a participação efetiva do Ver. José Geraldo trabalhando sobremaneira com os católicos de nossa cidade em ações sociais. Do outro lado, os Vereadores Zico e Pastora Rose auxiliando os evangélicos.

Os Vereadores Betinho do Quilombo e Lucinho Peru como são conhecidos tem seu trabalho voltado para a comunidade rural e são o elo de ligação com o Executivo Municipal.



A atuante Vereadora Profª Evelize Chaves, está sempre atenta a tudo o que está ligado à educação de nossas crianças, jovens e adultos, bem como, auxiliando os professores que assim como ela lutam por melhorias na Educação.

Recentemente, nossa Câmara conta também com o Ver. Geraldinho da Associação que preside a Associação dos Aposentados e Pensionista de Lorena e Região, que tem todo um trabalho voltado para os idosos.

Assim é composta nossa Câmara Municipal que vem trabalhando conjuntamente com a Presidência e também com a comunidade prestando serviço social e político no município.

Em 2006, destacamos um trabalho prestado a comunidade que foi a elaboração de um projeto praticamente impossível. Adotamos a obra social conhecida como PROVIM, Projeto Vida Melhor, repassando a essa entidade recursos financeiros para que a mesma permanecesse viva



Participamos do protesto na Esplanada dos Ministérios até o Ministério do Planejamento e do Trabalho e de uma audiência com o General Darke, Diretor do Conselho de Ciências e Tecnologia do Exército, acompanhado do Sr. Prefeito Otacílio Rodrigues da Silva para tratar a respeito da greve dos funcionários na IMBEL

e pudesse atender as suas crianças. Foi trabalhoso, pois tivemos que alterar o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e por final a Lei Orçamentária, para que então com anuênciia do Sr. Prefeito a Câmara pudesse atender aos apelos da comunidade.

Com relação aos projetos existentes nessa Casa de Leis gostaríamos de citar O DIPLOMA DA ORDEM DO MÉRITO MUNICIPAL, que foi instituído pela Lei Municipal n.º 896, de 17 de abril de 1979 e tem a finalidade de laurear os filhos de Piquete que se sobressaiam nos diferentes campos de atividades humanas, de modo a engrandecer o nome de nossa cidade.

Além deste Projeto, temos aqueles que instituíram o Dia Mundial da Água, o Dia do Militar, o Dia da Bíblia, o Dia do Pastor, o prêmio Placa de Prata, o de Cidadão Honorário que é um Projeto de dezembro de 1952, o Dia do Meio Ambiente e o Dia Internacional da Mulher. Tais eventos vêm crescendo a cada ano com a presença de autoridades que se dispõem a fazer a palestra nas sessões, sendo que em 2007 esteve conosco a Dra. Alda Marco Antônio.

De tudo o que nós falamos, o que nos importa como Presidente dessa Casa de Leis pelo 3º ano consecutivo, isto é, reeleito, é a harmonia existente entre nós Vereadores. Um exemplo concreto foi na Sessão Solene do município no dia 15 de junho, dia em que a cidade completou 116 anos de emancipação político-administrativa e estavam todos presentes comemorando com a população o aniversário da cidade.

Nessa oportunidade como Vereador há 31 anos, agradeço a Associação Paulista de Municípios, ao nosso amigo Presidente Marcos Monti e ao companheiro Carlos Cruz pela feliz iniciativa em nos brindar com essas páginas, para que pudéssemos mostrar a todos os paulistas o dia-a-dia da nossa Casa Legislativa.

Obrigado.

Ver. Prof. Hugo Ricardo Soares
Presidente da Câmara Municipal de Piquete
www.camarapiquete.com.br

Música para os ouvidos

Fanfarras e bandas municipais compõem a trilha sonora da história de muitas cidades paulistas

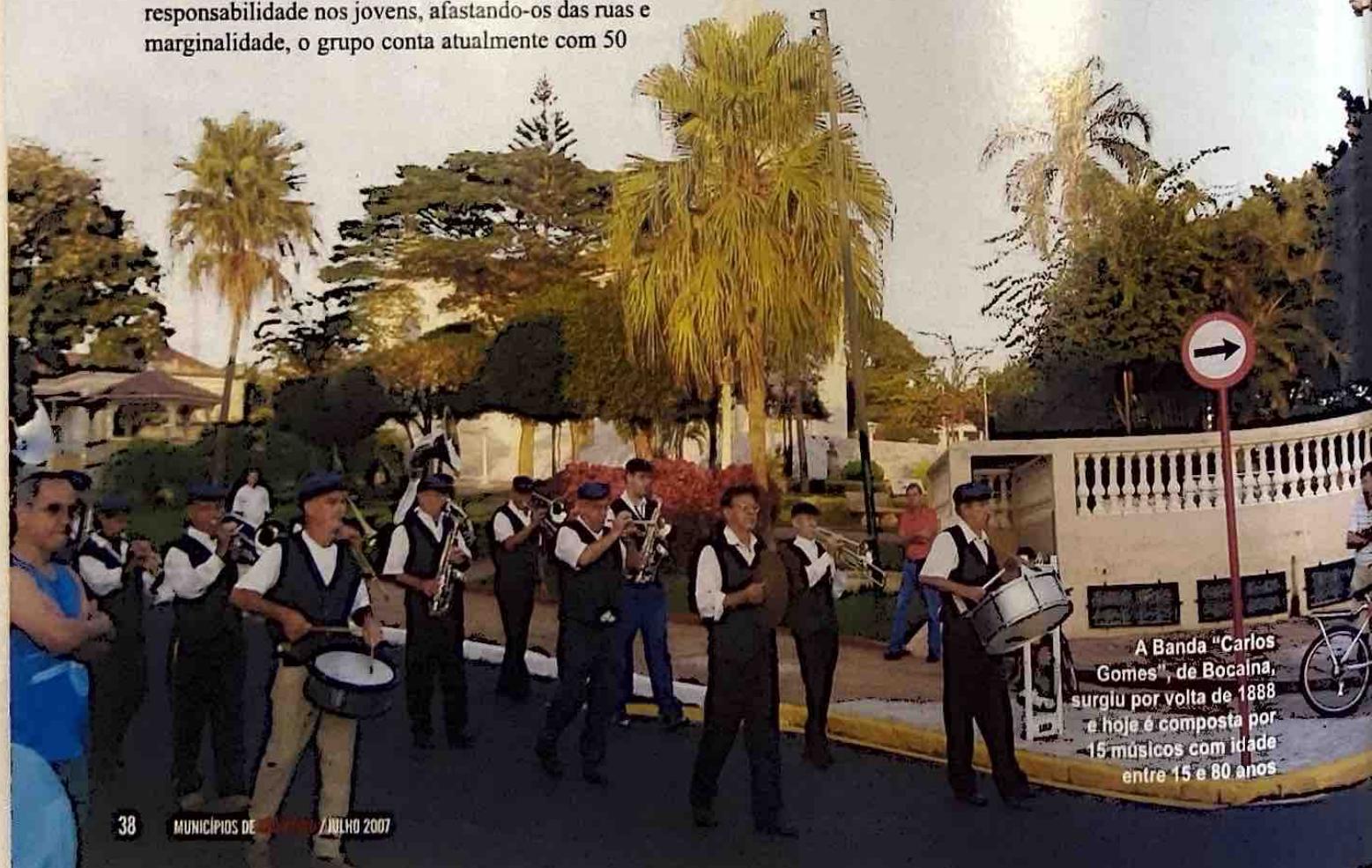
Por Iara Martins

Há sempre uma melodia que agrada aos ouvidos de cada indivíduo, pois a música faz parte da vida de todos. Muitos acreditam no poder desse conjunto de notas para fins terapêuticos, outros simplesmente se deleitam com essa arte do efêmero. Enfim, seja para alma ou para o corpo, é sempre agradável ouvir uma boa melodia.

E é por isso que uma das grandes atrações culturais da cidade de Aparecida é a fanfarra municipal. Ela está presente em todas as comemorações cívicas e militares, dentro e fora do município. Fundada em março de 1993, com o objetivo de desenvolver a musicalidade e senso de responsabilidade nos jovens, afastando-os das ruas e marginalidade, o grupo conta atualmente com 50

músicos entre 8 e 20 anos de idade e está sob o comando do coreógrafo André Fabiano Barbosa e coordenação do professor Silvio César Mariano. "Através da banda, promovemos cultura, estimulamos a responsabilidade, disciplina e educação", comenta Mariano.

A corporação acumula dezenas de títulos conquistados em concursos, tais como campeã estadual na categoria fanfarra simples em 1996 no 1º Festival de Bandas e Fanfarras em São Paulo; campeã do campeonato infantil estadual em Guararema em 2004, e nos dois anos consecutivos. Em



junho deste ano, a fanfarra conquistou mais um título, consagrando-se campeã interestadual em Arujá. "Essas conquistas só foram possíveis graças aos esforços dos componentes e à colaboração da sociedade aparecidense e ao apoio da Secretaria de Educação e Cultura e Prefeitura Municipal de Aparecida", ressalta o professor.

Mas o talento musical de Aparecida não pára por aí. Em dezembro do ano passado, aconteceu a estréia oficial da Banda Municipal de Aparecida. Sob coordenação de Mariano e regência de Michel Nogueira, ela conta com cerca de 100 crianças entre 8 e 18 anos de idade, com 40 delas formando o efetivo musical.

Outro município que investe na área é Itapira. Para isso, foi implantada em julho de 1999, a Escola de Música, projeto elaborado pelo atual regente Maurício Perina, através de convênio com a prefeitura municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e do patrocínio da Petrobras/SA. Ela conta com três níveis de ensino musical, que fornecem cursos gratuitos a aproximadamente 190 crianças e adolescentes, entre 8 e 15 anos, com alguns adultos interessados.

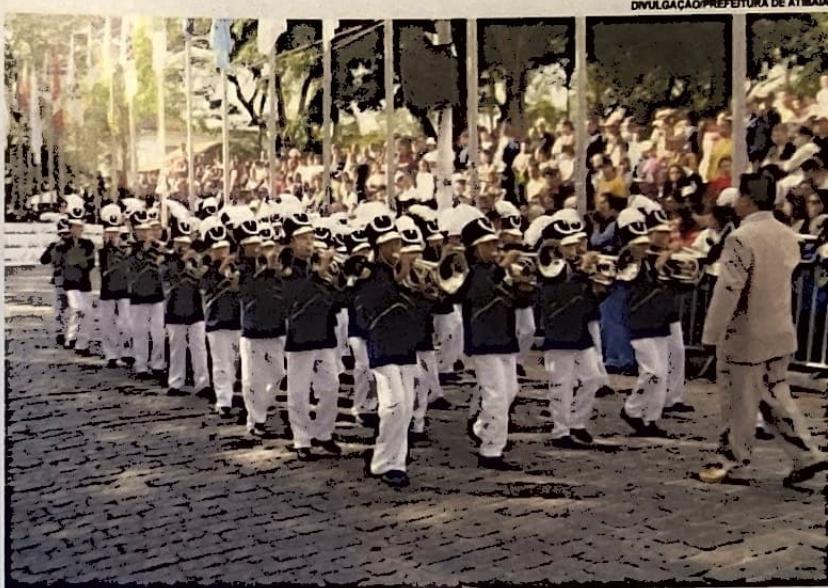
ORGULHO DA CIDADE

A Banda Lira Itapirense, com seus 98 anos, é um dos grandes orgulhos da cidade e foi considerada utilidade pública do município em 1970. Atualmente, está sob a presidência do empresário e músico Mário Sebastião Bazani e presta serviços à comunidade local, cumprindo seu papel de utilidade pública e participando ativamente de eventos cívicos, religiosos e populares, com uma média anual de 70 apresentações, pelos diversos grupos que a compõem.

Para o secretário municipal de cultura José Carlos Vieira, são poucas as corporações musicais que têm o privilégio de tamanha longevidade. "Gerações de itapirenses cresceram ouvindo a Banda Lira, que se fez e se faz presente em várias dimensões da vida; em décadas passadas, a partir do coreto da praça central, embalou os sonhos de muitos namorados e continua presente nas comemorações cívicas, festivas e religiosas do município, sempre com um repertório adequado e muito apuro técnico", completa.

Além da banda, há ainda a Fanfarra Alberto Baldassin, criada em parceria com a Secretaria Municipal de Promoção Social, que atende a 40 crianças com idade entre 9 e 13 anos, e a Banda Marcial, com 20 integrantes.

A estância turística de Atibaia também se delicia aos sons de sua fanfarra municipal, a FAMA, detentora do selo de qualidade Quality e de 96 títulos, entre eles seis estaduais,



A banda de Atibaia é detentora do selo de Quality e é a única corporação da América Latina a deter um título mundial

sete nacionais, um sul-americano e um mundial, sendo a única corporação da América Latina a deter tal título. Ela foi fundada pelo ex-prefeito José Aparecido Ferreira Franco em 1990, e possui três cds gravados. Atualmente conta com 150 componentes, com idade entre 8 e 21 anos de idade.

Para o maestro da FAMA, Rogério Wanderley Brito, "a música é inerente na formação completa de qualquer ser humano. E a fanfarra é um meio de aprendizado coletivo de música, com acesso social e democrático ao conhecimento".

Bocaina é outro município paulista que pode se gabar de ter uma corporação musical. A Banda "Carlos Gomes" surgiu por volta de 1888. Segundo os mais antigos, ela nasceu na fazenda Santana com 21 componentes. Atualmente, com o apoio da prefeitura municipal, é composta por 15 músicos, entre 15 e 80 anos de idade, que se apresentam nas mais variadas comemorações da cidade.

O município conta, também, com a fanfarra municipal, fundada em 1956 e reativada em 2005, pela diretoria de Juventude, Esporte, Lazer e Turismo da cidade. Hoje é composta por 70 integrantes da Escola Estadual "Capitão Henrique Montenegro" e se apresenta em desfiles cívicos e eventos do município e é dirigida por Marco Antonio Giro, o Pipoca.

E possui, ainda, a Banda Marcial Municipal de Bocaina, formada por 40 alunos com faixa etária entre 10 e 22 anos de idade. Desde sua fundação em 1996, já conquistou mais de 10 títulos em concursos. Ela conta com o apoio da Prefeitura Municipal para aquisição de novos instrumentos e viagens, além de cada aluno receber um tíquete para compras no valor de R\$ 45,00.

Seu maestro, Ronaldo Lopes, vê na banda uma maneira de exercitar a musicalidade, além de prevenir a marginalidade, uma vez que as crianças se ocupam e aprendem a disciplina e educação, não só musical, mas pessoal.

Plano Diretor Municipal

Obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, deve ser instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana

A Constituição Brasileira de 1988 conferiu aos municípios a oportunidade de avançar na condução de seu planejamento e gestão, a partir da disposição de Planos Diretores Municipais (PDMs), estabelecidos por leis orgânicas próprias e aprovados pela Câmara Municipal. Regulamentados pela Lei Federal no 10.257 (Estatuto da Cidade), são obrigatórios para cidades com mais de 20 mil habitantes, devendo ser o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, com exigência da correlação do progresso econômico com a melhoria da qualidade de vida da população.

Existem variações nos contextos estaduais. A Constituição do Estado de São Paulo, em seu Artigo 181, Capítulo II, estende essa necessidade para todos os municípios paulistas. A ampliação dessa obrigatoriedade, em relação à Federação, é significativa, mesmo atinando para o Artigo 41 do Estatuto da Cidade, o qual dispõe que também são obrigados a ter PDMs os municípios:

- integrantes de região metropolitana e aglomerações urbanas;
- onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do Artigo 182 da Constituição Federal (que permite ações do Poder Público sobre propriedades privadas não utilizadas ou subutilizadas);
- integrantes de áreas de especial interesse turístico; e
- inseridos em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. Nesse caso, os recursos técnicos e financeiros para elaboração do PDM fazem parte das medidas de compensação.

De qualquer modo, mesmo em um município com população que não se enquadre em nenhum dos casos citados, a concepção e implementação do PDM sempre poderá ser a base estratégica de seu planejamento, fundamentada nos princípios contidos no Estatuto da Cidade, que ampliam o alcance das novas legislações municipais.

É competência de cada Município editar normas próprias voltadas a tratar de assuntos de interesse local, no exercício de sua competência plena e privativa, e a suplementar a legislação federal e estadual (artigo 30, I e II, da Constituição Federal).

O avanço do princípio da função social da proprieda-

de urbana constitui verdadeiro marco do Estado Social, do direito de propriedade. Anteriormente, se impunha a obrigação do proprietário. A nova condição acrescenta a obrigação de utilizar o imóvel em benefício de um interesse social. Já a função social da cidade determina que a política de desenvolvimento urbano, a cargo da sociedade e do Estado, esteja pautada por medidas que persigam a concretização dos direitos da pessoa humana e o regime democrático.

No novo sistema de gestão urbana, as mudanças nas relações políticas anteriores permitem um planejamento participativo, que modifica o atual, até então constituído por um modelo excluidor da grande maioria da população.



Área de risco em favela na Região Metropolitana de São Paulo

A Constituição Federal aponta a moradia como direito social básico e o Estatuto da Cidade estabelece sua relevância no PDM, para cumprir a função social da propriedade urbana e da cidade. Conceber e implementar ações no tema moradia exige a intervenção habitacional sustentável, devendo estabelecer uma ação continuada no atendimento das necessidades de seus beneficiários.

Enfrentando o problema de moradia, os PDMs dos municípios devem, simultaneamente, promover tanto a recuperação urbanística e ambiental dos assentamentos precários, considerando o entorno dos empreendimentos habitacionais, sua infra-estrutura e a inserção na política

urbana e ambiental do município, como, também, o aumento do acesso à moradia (mercado habitacional legal), desacelerando o processo de crescimento da cidade ilegal.

O maior problema habitacional se relaciona, usualmente, com as ocupações precárias. Portanto, os empreendimentos de interesse social devem ser incluídos na preocupação com um diagnóstico da situação habitacional, incorporando no PDM dos municípios as diretrizes e estratégias para promover uso e ocupação do solo, assim como, para promover a recuperação urbanística e ambiental dos assentamentos precários.

Decorrentes da nova concepção no planejamento urbano, outras abordagens e estruturas regionais em relação à gestão municipal passaram a ser exigidas, redesenhandose parcerias como consórcios públicos, cooperativas e comitês de bacias, dentre outras. Assim, quando da definição dos PDMs, é importante ressaltar que a interação regional pode ser implementada, concomitantemente, por vários dos modelos de parceria, que se complementam. A busca de sua adequação às condições e necessidades peculiares de cada região constitui grande desafio para os dirigentes municipais.

Outra questão regional é o estabelecimento de rede de empresas intermunicipais, uma ação a ser prevista no PDM que passou a ser bastante valorizada como motor de

dinamização de economias locais e regionais.

As atividades que integram as cadeias produtivas podem gerar impactos adversos, como alterações no ecossistema pela exploração dos recursos naturais da região ou a emissão de efluentes que afetam o meio ambiente e comprometem o desenvolvimento econômico regional. A exploração racional dos recursos do ambiente físico e a correta disposição e tratamento dos resíduos gerados na produção muitas vezes requerem investimentos altos, difíceis de serem suportados, principalmente pelas médias, pequenas e microempresas, mas plenamente possíveis de serem obtidos em um compartilhamento intermunicipal.

Dadas as restrições ao investimento privado em inovações e melhorias tecnológicas, especialmente em empresas de menor porte, o estabelecimento de parcerias com a academia e instituições de pesquisa tecnológica que compõem o sistema de ciência, tecnologia e inovação dos estados da Federação, e a manutenção conjunta de centros de pesquisa especializados mostram-se como importantes alternativas.

Carlos Geraldo Luz de Freitas e Ros Mari Zenha
são Pesquisadores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT



Projetos com o perfil
de seu município

Elaboramos e executamos projetos e convênios para seu município.

Educação

Saúde

Social

Inclusão Digital

O Projeto possibilita o acesso ao mundo digital aos municípios, dando oportunidade do aprendizado da informática e acesso à internet, utilizando o mesmo como quebra de barreiras sociais e cidadania.

Agende uma visita de nossos técnicos e ou representantes para explanação do CONSTRUÇÃO DE PROJETOS.

**Rua Ósmio, 293 - Jardim Mollen - Santa Bárbara D'Oeste -SP.
(019) - 3458-5357**

Lei de responsabilidade fiscal – 7 anos

No dia 4 de maio de 2000 foi aprovada a Lei Complementar n.º 101, estabelecendo normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Já se vão 7 anos e muita coisa mudou. Muito ainda precisa ser mudado.

Tenho comigo ser infeliz o país que necessita editar normas legais obrigando seus administradores a agirem com retidão no trato do dinheiro público. Isso é um imperativo moral de quem assume o compromisso de administrar a coisa pública. É o princípio mais elementar de quem administra coisa alheia. Os administradores públicos, na verdade, nada mais são do que administradores de dinheiro alheio. Não é dinheiro de ninguém. Esse dinheiro tem dono. Esse dinheiro é nosso e, por conta disso, deve ser muito bem utilizado em nosso favor.

Todas as vezes que ouço histórias escabrosas acerca da má administração pública, das benesses concedidas aos apadrinhados, dos atos operados em proveito próprio, e de tudo o mais que empurra o nome do administrador público, vem-me à mente a figura de uma velhinha, septuagenária, alva cabeleira nevada pelo tempo, com uma enorme erisípela na perna, enfrentando fila em fria madrugada, quase mendigando uma senha para uma consulta médica no serviço público de saúde, enquanto os "donos do poder" se comprazem em leito acolhedor. Isso é de uma crueldade inimaginável! Infeliz, realmente, é o país que se vê obrigado a exigir a retidão de caráter através de leis, decretos ou coisa que o valha!

Mesmo assim, ainda que de forma imperiosa, devemos aproveitar esta oportunidade para fazer valer o que está escrito. Até porque, nas palavras do filósofo Gustave Le Bon: "a anarquia está em toda a parte quando a responsabilidade não está em parte alguma". E tinha razão ele, já que inexistindo a responsabilidade, em qualquer atividade humana, certamente a anarquia ali fará morada.

Agora, não podemos tirar o mérito da tão falada Lei de Responsabilidade Fiscal. Pelo menos algo de bom ela trouxe. A necessidade de se ter planejamento na execução das atividades públicas, mormente em relação à busca de soluções viáveis para os problemas que se apresentam ao cidadão. A transparência e a incansável busca pelo equilíbrio das contas

públicas são outros benefícios propostos pela Lei Fiscal, que devem ser seguidos pelo bom administrador público.

Aliás, a preocupação com o planejamento não é novidade nenhuma. Desde os tempos mais remotos esta preocupação já fazia parte da humanidade. Como exemplo disso cito o filósofo indiano Kautilya que, 400 anos antes de Cristo, escreveu o livro Arashastra, em que dizia... "todos os empreendimentos dependem de recursos. Por isso, o tesouro deve merecer a maior atenção. A prosperidade pública, os prêmios pela boa conduta, a captura dos ladrões, as colheitas abundantes, a prosperidade do comércio, a inexistência de distúrbios e calamidades, a redução das isenções de impostos, as receitas em ouro, estes são os fatos que conduzem à prosperidade financeira". Ou, nas palavras de Marcus Tullius Cícero, na Roma do ano 55 antes de Cristo: "o orçamento nacional deve ser equilibrado. As vidas públicas devem ser reduzidas. A arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública". E essa mesma preocupação pode ser sentida pela leitura que se faz dos Papiros do Faraó Menés I, 3000 anos antes de Cristo, do Eclesiastes do Rei Salomão, dos escritos romanos de Plínio e de Cícero, dos Tabularii e Numerarii da Roma Antiga, para ficarmos somente nestes.

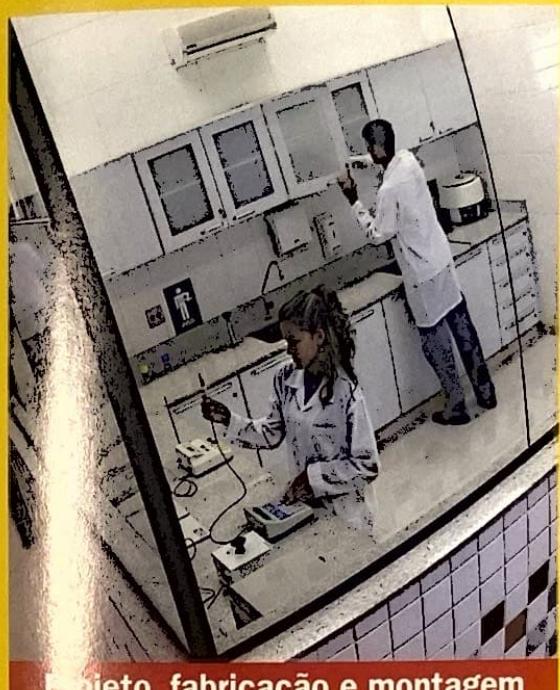
Todos nós sabemos que executar projetos sem antes ter feito o seu planejamento é como acumular materiais de construção no topo de uma montanha, jogá-los para baixo e esperar que, lá em baixo, caia pronta a escola ou o hospital. Impossível! Todos nós sabemos que uma boa construção deve ter seus alicerces firmes e um bom planejamento.

Agora, não podemos esperar que apenas esta lei ou outras da mesma espécie venham resolver todos os males que afligem nosso país. Ela, sozinha, não é a panacéia. Se não ocorrer mudanças em nosso procedimento com relação ao trato com a coisa pública, nada disto terá valido a pena. Urge que façamos algo. Cobrar de nossos administradores que estes ajam como os pais zelosos fazem. Cuidar das finanças da sua casa como cão de guarda. Sem descanso.

Aires Galhego Garcia
Garcia é chefe de equipe de auditoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, lotado na Unidade Regional de Araçatuba.
aigarcia@tce.sp.gov.br ou
airesgalhego@qweb.com.br ou
airesgalhego@hotmail.com

Prefeitos. Agora os Municípios de São Paulo podem contar com a qualidade dos produtos Farmaplay.

krigvelcom



Projeto, fabricação e montagem

Mobiliário científico para laboratórios, farmácias e hospitais.

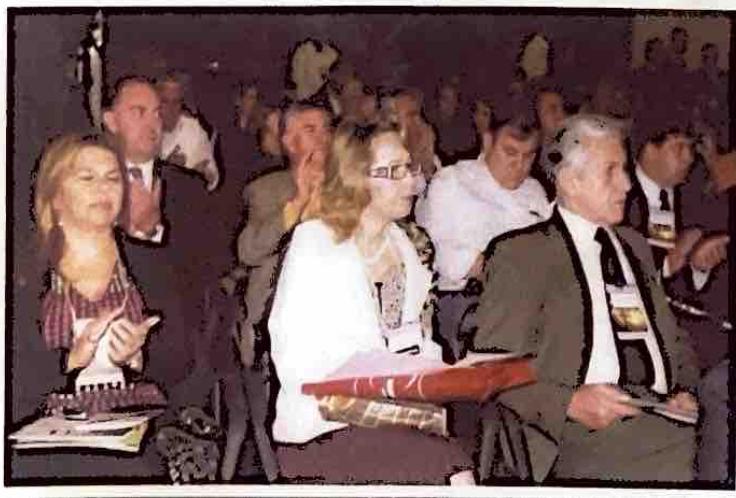
A Odontoplay que há 25 anos é líder no mercado de mobiliário odontológico, traz até você a Farmaplay, uma divisão voltada para laboratórios, farmácias e hospitais.

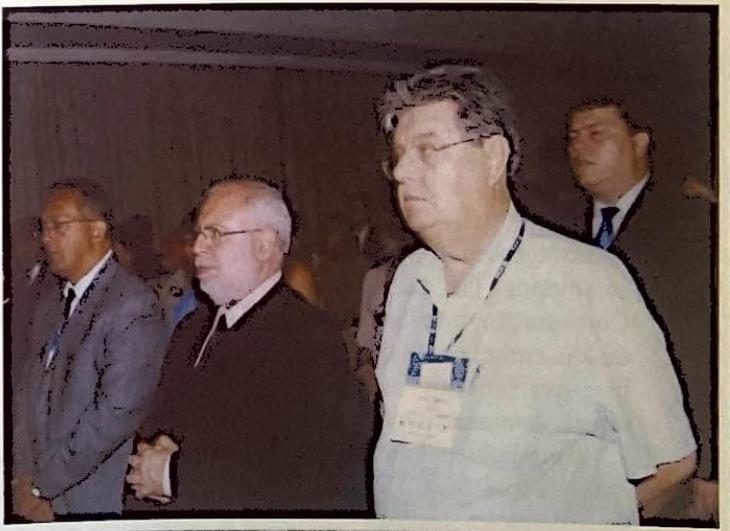
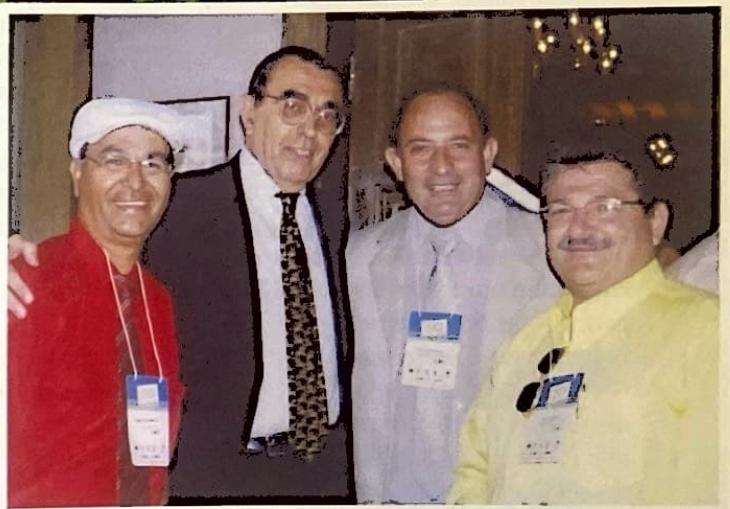
Toda essa bagagem faz da Farmaplay uma empresa preparada para atender as necessidades dos municípios com a qualidade que você precisa.



- Planejamento sob medida
- Bordas arredondadas
- Laminados especiais
- Tampos em fórmica, granito e Corian®
- Capelas para diversas finalidades
- Bancadas de trabalho
- Fichário e balcões
- Armário para reagentes
- Gaveteiro homeopático

Nesta edição, apresentamos alguns registros marcantes do 50º e do 51º Congresso Estadual de Municípios.





Pacto Federativo Já!

Pacto Federativo uma questão recorrente, um assunto que, de tempos em tempos, volta a agitar os municipalistas, como agora, quando foram editados, ao apagar das luzes de 2006, dois novos ordenamentos jurídicos que envolvem diretamente todos os municípios brasileiros. Estou falando do Fundeb e do Novo Simples, institutos que, de certa maneira, irão provocar sensíveis desequilíbrios na execução orçamentária dos municípios, especialmente naqueles de médio e pequeno porte, já que para os economistas grandes as eventuais perdas são pouco significativas.

De outra parte, também recentemente os municípios brasileiros, por meio de suas entidades representativas, à frente a Confederação Nacional de Municípios e, no âmbito do Estado de São Paulo, a nossa APM, encetaram nova Marcha a Brasília, a décima, para cobrar do governo federal e do Congresso Nacional, a retomada da reforma tributária, que desde de 1995 continua entalada, agora na Câmara dos Deputados, e, principalmente, para exigir a retomada da discussão do Pacto Federativo, sempre lembrada, jamais seriamente enfrentada.

Mas, como diz Fernando Pessoa: navegar é preciso! É o momento de navegar, de definir quem é o titular das competências comuns a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, estampadas nos 12 incisos do artigo 23 da Constituição, bem como disciplinar, através de leis complementares, a cooperação entre os entes federativos para a realização de tarefas comuns.

A verdade incontestável é que os demais entes federativos, União e Estados, nunca demonstraram o menor interesse em discutir o assunto, porque sabem que, não estando definido quem é o titular da competência e nem qual a forma de cooperação, o município, que está mais próximo do cidadão, acaba por “cuidar da saúde e assistência pública (...);

proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; (...) organizar o abastecimento alimentar; promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito”. Competências que, apesar de comuns, como diz a Constituição, guardam peculiaridades de interesse local que, por isso mesmo, sempre são melhor executadas pelos municípios.

Como se vê, nas poucas linhas aqui traçadas, dá para enfrentar e resolver a questão. A hora é agora, começando por buscar solução

**Demais entes federativos,
União e Estados, nunca
demonstraram o menor
interesse em discutir o assunto**

para uma questão de ordem interna, uma matéria de interesse exclusivo dos municípios. Estou falando da sugestão, apresentada pelo município de Santa Fé do Sul, no 51º Congresso Estadual de Municípios que, aprovada em ple-

nário, está colocada na Carta de Campos do Jordão, propondo, através de Projeto de Emenda Constitucional, nova redação para o artigo 158 da Constituição Federal.

Em síntese, a proposta de Santa Fé do Sul pretende rediscutir os critérios de distribuição do ICMS entre os municípios, reduzindo o percentual de incidência do valor adicionado e aumentando o somatório do percentual definido por lei estadual, sob o argumento de que, ao menos em alguns dos principais Estados brasileiros, um pequeno grupo de municípios, em torno de 17 nos Estados pesquisados, fica com mais de 50% do montante do ICMS distribuído entre os municípios dos respectivos Estados.

Começando pelos municípios, é o momento de retomar a discussão do Pacto Federativo!

**Antonio Sergio
Baptista,**
especialista em
Direito Público,
coordenador do
Conselho Técnico
Multidisciplinar da
APM e presidente
da ASB - Advogados
Associados
e do Instituto
BrasilCidade.

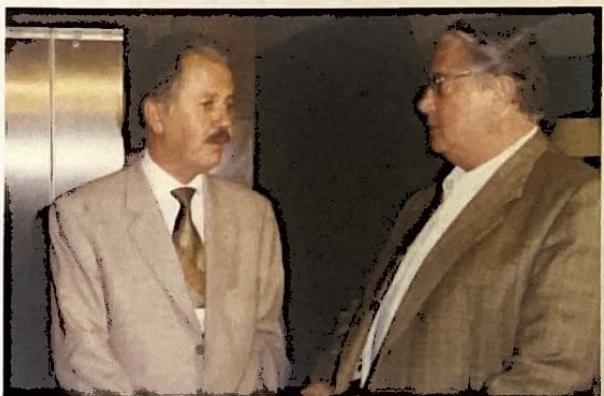
No próximo ano, a APM completará 60 anos, e por isso vamos realizar, no 52º Congresso Estadual dos Municípios, uma programação especial para comemorarmos esta importante data.

Para tanto, e até lá, estaremos recebendo e coletando documentos, fotos, registros e certificados de Congressos passados, para formarmos o “acervo” que pretendemos expor. Caso você tenha qualquer documento, envie-nos.

Por Carlos Cruz

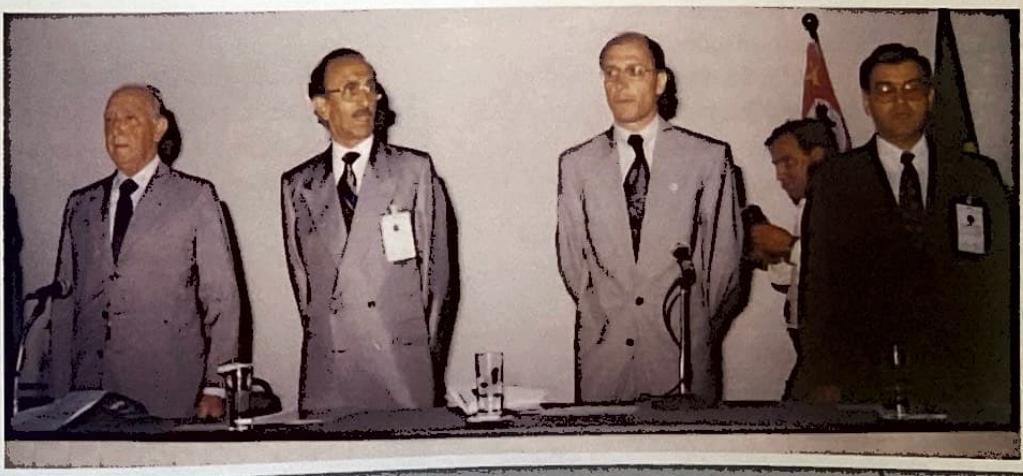


Governador Mário Covas, acompanhado pelo então presidente Celso Giglio, visita Exposição Paralela, por ocasião da Sessão de Encerramento do 42º Congresso, em 1988.



O à época presidente da APM Celso Giglio (hoje deputado) conversa com o então prefeito de Itapira Barros Munhoz (hoje deputado e líder do governo na Assembléia).

Presidente da APM, Wilson José, preside solenidade que contou com a presença do ex-governador Franco Montoro e do então vice-governador Geraldo Alckmin.



O vice-governador Almino Affonso, ladeado pelo então presidente da APM Lincoln Magalhães e do Deputado José Carlos Tonin.

Nada é o que parece ser

Por Claudio Manesco

Fartura de histórias da minha infância. Causos de Quinzinho Preto, Nenê Cunha e Nandinho Mazetto produzidos em ares semelhantes aos respirados por José Maria Alckmin e Adhemar de Barros, personagens constantes do folclore político nacional.

Perscrutar esses tempos através dos filtros da memória produzem causos que desvendam um pouco da alma interiorana, que apenas muda de endereço, mas que se perpetua pelos rincões paulistas, mineiros, pernambucanos e adjacências.

Max já tinha mais de 50 anos. Dizia-se alemão – nem sei o era – e todos os anos nas Corridas de São Sivestre desfilava pelas ruas o seu corpo franzino e o sorriso postiço – quase autista – num tempo que também havia o “Poeirão”, o Chiquinho Garipota e o Olímpio Bernardes.

O andarilho de pés descalços era uma daquelas figuras inofensivas a quem sempre se reservava um carinho especial, uma conversa amigável e até mesmo insultos e brincadeiras infantis. Max parece personagem a brotar das poesias de Manoel de Barros, num reino de “ignorâncias” em que jamais se deixa de aprender.

A contrastar com a alma ingênua, a mais sábia das criaturas. É sempre assim que vou lembrar do meu padrinho, o Seo Rodrigues. Espanhol que me tinha como filho e a quem nunca consegui retribuir com a intensidade do que a minha percepção sempre entendeu ser ele merecedor.

Max vivia de bolsos vazios e nem mesmo devia saber o valor do vil metal. Suas necessidades eram atendidas, quase que a pagar a ingênua bondade que exalava. Brincar com ele era um divertimento de vários dos cidadãos bem-sucedidos a andar de banco em banco – eram dois – na praça de árvores a sombrear conversas que o dinheiro não paga.

Numa dessas rodas Seo Rodrigues tirou do bolso uma nota, não me lembro que dinheiro era mas podemos imaginar que seria hoje uns R\$100. Colocou-a no bolso da camisa de Max e sem soltá-la retirou-a dizendo: Ei Max, está rico hein! De súbito o “alemão” respondeu: “Devolve dinheirra por favor. É dinheirra para Max comprar co-



mida no arrazém”. E assim foi insistindo até que o Seu Rodrigues já nervoso asseverou: “Max, o dinheiro é meu, coloquei no seu bolso para brincar...”.

Fez-se o silêncio atrás do esboço de uma risada que aos poucos se soltou: “Max também estava brrincando”!!!

Casos havidos ou romanceados, “causos” são objeto desta nossa cultura, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que desfilem casos e “causos” que resgatem a curiosidade da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchrista@terra.com.br



Atendimento ao usuário
Obras de melhoria
Rodovia Inteligente
Projetos Sociais
Conservação
Qualidade

Vianorte. Sempre uma boa viagem!





Cantor Teodoro

***EU CONHEÇO
E RECOMENDO!***

*Educação com a mais
Avançada Tecnologia*

®

**EDUCA
ATIVA**

www.educaativa.com.br